

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**  
**EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047000897**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida.

**DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO:** 03/06/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

**LOCAL:** Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**, processo eletrônico nº **202600047000897**, sob critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**I - Início de acolhimento de propostas:**  
**20/05/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;**

**II – Limite de acolhimento de propostas:**  
**03/06/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;**

**III – Data e hora do Pregão:**  
**03/06/2026 às 09h00min – Horário de Brasília;**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico de marcenaria elaborado para ambientes localizados no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo o fornecimento de materiais, fabricação em ambiente fabril, transporte, entrega e instalação nas dependências da sede Administrativa, conforme especificações técnicas e quantitativos listadas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Fabricação, fornecimento e instalação de estante com nichos e mesa dobrável em MDF	unidade	1
2	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso em MDF	unidade	1
3	Fabricação, fornecimento e instalação de sistema de portas de correr em MDF, incluindo trilhos, ferragens, sistemas de deslizamento e todos os componentes necessários à sua perfeita instalação e funcionamento.	unidade	1
4	Fabricação, fornecimento e instalação de armário superior e armário inferior sob bancada em MDF	unidade	1
5	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso com nichos e portas de giro em MDF	unidade	1

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Estudo Técnico Preliminar.

**Anexo II:** Mapa de Riscos.

**Anexo III:** Termo de Referência.

**Anexo IV:** Orçamento Estimativo.

**Anexo V:** Minuta de Contrato.

**Anexo VI:** Modelo de Proposta de Preços.

**Anexo VII:** Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

**Anexo VIII:** Modelo de Declaração de não empregar menor.

**Anexo IX:** Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

**Anexo X:** Modelo de Declaração que não possui parentesco.

**Anexo XI:** Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

**Anexo XII:** Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

**Anexo XIII:** Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

**Anexo XIV:** Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará as respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo X deste Edital.

3.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.5. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.

3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.9. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.

3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei 14.133/2021.

3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.

3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

4.1. A disputa deste certame é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que preencham as condições previstas no presente edital e termo de referência anexo.

4.1.1. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste edital.

4.2. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

4.3. As disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 e para obtenção de benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de

empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.4.12. que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.

4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Eventual subcontratação de atividades acessórias somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

5.2. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas neste Termo de Referência.

5.3. A contratada responderá integralmente pelos serviços executados por eventuais subcontratados, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

6.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

6.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.19.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.2. valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

7.1.3. Marca (se houver);

7.1.4. Fabricante (se houver);

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas estaduais, quando participarem de licitações públicas;

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) reais**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.18.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

8.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.18.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1. conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

9.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre

a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2025).

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo menor preço global, os preços unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos preços constantes da planilha de custos da licitação.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

10.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

10.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:



10.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

#### 10.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

10.2.4.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Goiás para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e

10.2.4.6. Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

10.2.4.7. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 10.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.2.5.1. Considerando o baixo vulto e a reduzida complexidade do objeto, bem como a ausência de riscos relevantes decorrentes de eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, não se justifica a exigência de balanço patrimonial, índices econômico-financeiros ou outras demonstrações contábeis das licitantes;

10.2.5.2. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida apenas a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica

#### 10.2.6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.2.6.1. Nos moldes do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de aptidão para execução de serviços similares, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.2.6.2. A comprovação de capacidade técnica deverá demonstrar experiência anterior na execução de serviços de fabricação e instalação de mobiliário planejado sob medida, compatíveis em características com o objeto desta contratação.

10.2.6.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica, serão consideradas parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto:

- I – fabricação e instalação de mobiliário planejado sob medida em MDF;
- II – fabricação e instalação de armários suspensos e armários sob bancada;
- III – fabricação e instalação de portas de correr em MDF com ferragens e trilhos específicos;
- IV – execução de serviços de marcenaria sob medida com instalação em ambientes corporativos ou institucionais.

10.2.6.4. A licitante deverá comprovar a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem a execução de serviços de marcenaria ou mobiliário planejado em valor igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

10.2.6.5. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do valor mínimo exigido, inclusive relativos a contratos executados de forma concomitante ou sucessiva, desde que os serviços apresentados sejam compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto.

10.2.6.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação ou outros documentos que permitam a verificação da execução do serviço.

10.2.6.7. A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica justifica-se em razão das características do objeto, que envolve fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, atividades que demandam conhecimento técnico específico e experiência prévia na execução de serviços de marcenaria.

10.2.6.8. Tal exigência visa assegurar que a futura contratada possua experiência compatível com a natureza do fornecimento, garantindo à Administração que dispõe de condições técnicas e operacionais para executar o objeto de forma adequada.

10.2.6.9. Os atestados deverão conter, de forma clara e verificável:

- a. identificação do emitente (razão social, CNPJ e endereço);
- b. descrição detalhada do objeto executado;
- c. informações suficientes para verificação da compatibilidade dos serviços executados com o objeto da contratação;
- d. período de execução contratual;
- e. data de emissão;
- f. nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão;
- g. declaração de que os serviços foram prestados satisfatoriamente.

10.2.6.10. A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade das informações prestadas, inclusive mediante contato com o emitente do atestado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.6.11. A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de requisitos técnicos, organizacionais ou operacionais.

10.2.6.12. A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de prática de “registro de oportunidade”, exclusividade comercial ou mecanismo equivalente que restrinja indevidamente a competitividade do certame, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e ampla concorrência.

10.2.7. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

10.2.7.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

10.2.7.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

10.2.7.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

10.2.7.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;

10.2.7.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada assinada na etapa contratual para o adjudicatário;

10.2.7.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

10.2.7.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, conforme modelo constante do **Anexo XIII** deste Edital;

10.2.7.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, conforme modelo constante do **Anexo XIV** deste Edital;

10.2.8. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5

(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.9. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.2.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.2.11. Na hipótese do item 10.2.8. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.12. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

10.2.13. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

10.2.14. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2.14.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.2.15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.16. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de

29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.2.21. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.2.21.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.2.22. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.2.22.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.2.23. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.2.24. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

10.2.25. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.2.26. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.2.26.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.2.26.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.2.27. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.28. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.2.29. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.2.30. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



11.3.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, com as motivações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://paineis.tce.go.gov.br/sense/app/fb4096af-1529-4060-9b8f-e612065c2b21/sheet/b284477e-f44-4a3c-867f-6a37675b9ac6>

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

12.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

12.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

### **13. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO, E DO PAGAMENTO**

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão, respectivamente, aos servidores Suellen Carina Lopes de Queiroz e Pedro Henrique Mota Emiliano, conforme art. 13, inciso I, da Portaria nº 729/2025, do TCE-GO.

13.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

13.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

13.4. Compete ao Gestor do Contrato:

I – acompanhar a execução global do contrato, zelando pelo cumprimento das cláusulas pactuadas;

II – coordenar a atuação do fiscal do contrato;

III – adotar as providências necessárias à formalização de termos aditivos, apostilamentos, prorrogações ou rescisões, quando cabíveis;

IV – decidir, no âmbito de sua competência, as questões administrativas decorrentes da execução contratual;

V – comunicar à autoridade competente ocorrências que extrapolem sua esfera de atuação;

VI – promover o registro formal das ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato.

13.5. Compete ao Fiscal do Contrato:

I – anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;

II – informar a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

- III – comunicar, por meio de notificações e relatórios de vistoria, as ocorrências verificadas e fazer as determinações necessárias à perfeita execução contratual;
- IV – avaliar os serviços executados e os materiais fornecidos pela contratada, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- V – exigir o cumprimento das normas técnicas, especificações e métodos de execução exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VI – realizar, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado;
- VII – propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à contratada, observadas as formalidades legais;
- VIII – verificar a compatibilidade da qualidade e da quantidade dos serviços executados e dos bens fornecidos com o objeto contratado.

13.6. Recebimento provisório: ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da conclusão da entrega e instalação dos mobiliários, mediante verificação preliminar quanto à conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência e nos projetos anexos.

13.7. Recebimento definitivo: ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação detalhada da adequação do objeto aos requisitos técnicos e às condições estabelecidas no contrato

13.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e do fiscal do contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.9. A fiscalização poderá recusar o recebimento do objeto quando este estiver em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência ou com as condições previstas no contrato.

13.10. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

13.12. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com o objetivo de alinhar procedimentos relacionados à execução do objeto, às responsabilidades das partes, aos mecanismos de fiscalização e às demais condições previstas no contrato.

13.13. Sempre que necessário, poderão ser realizadas reuniões entre as partes para acompanhamento da execução contratual, devendo ser lavrada ata contendo os assuntos tratados e as decisões adotadas.

13.14. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços executados, podendo determinar as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

13.15. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

13.15.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

13.15.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

13.16. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais considerados inadequados pelo Fiscal.

13.17. A Nota Fiscal dos materiais entregues deverá ser remetida, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.

13.18. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

13.19. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

13.20. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação, será feito mediante ateste das Notas Fiscais.

13.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.22. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pela Gerência de Administração e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Termo de Referência.

13.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.24. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.25. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

13.26. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”, sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular.

13.27. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório na legislação vigente, no Manual de Sanções deste Tribunal e Regulamento interno de sanções, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei federal nº 14.133, de 2021.

13.28 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13.29. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

13.30. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.31.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

13.32. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.33. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá manter, durante toda a execução contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

13.34. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.35. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

#### 14. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é **de R\$ 33.890,00 (trinta e três mil oitocentos e noventa reais)**, conforme orçamento estimado constante do Anexo IV deste edital.

14.2. Não serão aceitas propostas cujos custos unitários ou valor global sejam superiores aos valores estimados pela Administração, constantes do Orçamento Estimativo.

14.3. Nos custos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo fornecimento de materiais, fabricação do mobiliário, transporte, montagem, instalação e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

14.4. Os preços estimados especificados no Termo de Referência correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado, não sendo admitida adjudicação por valores superiores aos estabelecidos pela Administração.

14.5. O orçamento estimativo foi realizado na fase instrutória da presente contratação e efetivado como data-base no dia 13 de maio de 2026.

- 14.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 14.7. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.8. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.
- 14.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.10. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.
- 14.11. Quando o índice de reajuste do período for negativo (deflação), caberá ao gestor do contrato promover o reajuste em favor da Administração
- 14.12. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026.0201.01.032.4200.4215.04.15000100.90.0000, e serão enquadradas na Natureza de Despesa 4.4.90.52.24 – Mobiliário em Geral.
- 14.13. Não se admitirá a alteração dos preços unitários propostos que se encontravam inferiores aos estimados como forma de compensar a adequação dos preços unitários superiores.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO

- 15.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.
- 15.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).
- 15.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.
- 15.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.
- 15.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.



15.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

15.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

15.8. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no item 15.1, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

15.9. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

15.9.1. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

15.10. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

15.10.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.10.2. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 15.10 e 15.10.1 deste instrumento.

15.11. Considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, não será exigida garantia contratual, conforme facultado pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

## 16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo previsto para a vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da sua assinatura ou ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

16.2. Tratando-se de contrato por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que a não conclusão decorra de motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

17.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia **13/05/2026**, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

## 18. DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA

18.1. A execução do objeto compreenderá a fabricação, fornecimento, transporte, entrega e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, nos projetos de marcenaria e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

18.1.1. A contratada deverá realizar vistoria técnica prévia nos ambientes onde os móveis serão instalados, com o objetivo de conferir as dimensões dos espaços, verificar eventuais interferências físicas e assegurar a compatibilidade entre o projeto técnico e as condições reais do local.

18.1.2. A verificação das medidas constitui etapa obrigatória da execução contratual, sendo de inteira responsabilidade da contratada promover eventuais ajustes necessários para garantir o perfeito encaixe e funcionamento do mobiliário no momento da instalação.

18.1.3. A fabricação dos móveis deverá ser realizada em ambiente apropriado, utilizando equipamentos e técnicas adequadas à produção de mobiliário planejado, garantindo precisão dimensional, qualidade de acabamento e resistência estrutural compatível com o uso institucional.

8.1.4. O mobiliário deverá ser confeccionado conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos técnicos anexos, observando-se, entre outros aspectos:

I – utilização de chapas de MDF ou material equivalente de alta qualidade, com revestimento melamínico ou acabamento compatível com o padrão institucional do Tribunal;

II – emprego de ferragens, dobradiças, corrediças, trilhos e demais componentes de boa qualidade e durabilidade;

III – acabamento uniforme, sem imperfeições visíveis, desalinhamentos ou irregularidades estruturais.

18.1.5. A contratada será responsável pelo transporte de todos os materiais e peças até o local de instalação, bem como pela execução dos serviços de montagem, fixação e ajustes finais do mobiliário nas dependências do Tribunal.

18.1.6. Durante a execução dos serviços de instalação, a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para preservar as instalações existentes, evitando danos a paredes, pisos, revestimentos, instalações elétricas ou quaisquer outros elementos do ambiente.

18.1.7. Eventuais danos causados às instalações do Tribunal durante a execução dos serviços deverão ser reparados pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

18.1.8. Após o recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, a contratada deverá iniciar a execução do objeto no prazo máximo de até 10 (dez) dias.

18.1.9. O prazo máximo para a execução completa do objeto, compreendendo fabricação, fornecimento e instalação do mobiliário planejado, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

18.2. O mobiliário fornecido deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

18.3. A garantia abrangerá defeitos de fabricação, falhas estruturais, problemas de funcionamento das ferragens, desalinhamentos, defeitos de montagem e quaisquer outras irregularidades que comprometam o uso adequado do mobiliário.

18.4. Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer componentes que apresentem defeitos ou falhas de funcionamento.

18.5. Os serviços de manutenção corretiva decorrentes da garantia deverão ser realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação da Administração.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação (Item 19.1, alínea “c”), inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

19.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei

Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001, e Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

19.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do Contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação aplicável.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. São obrigações do TCE-GO:

21.1.1. Fornecer todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à plena execução do contrato.

21.1.2. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

21.1.3. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

21.1.4. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, desde que devidamente identificados e exclusivamente para execução dos serviços contratados.

21.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no Termo de Referência.

21.1.6. Exercer a fiscalização sobre a execução do objeto contratado, podendo aplicar as sanções administrativas cabíveis ou rescindir o contrato caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

21.2. São obrigações da CONTRATADA cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no Item 5.4 do Termo de Referência e na cláusula Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por



vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

22.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

22.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

22.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

22.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

22.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

22.14. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser visualizados nos sites [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) e [www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br), poderão ser obtidos na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2852, CEP 74.674-015.

22.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

22.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

22.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 18 de maio de 2026.

FERNANDO NAVES DO CARMO MARINHO  
**ELABORAÇÃO DO EDITAL**

NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO  
**EQUIPE DE APOIO**

MILENA GEBRIM BRAGA NUNES  
**EQUIPE DE APOIO**

PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA  
**EQUIPE DE APOIO**

POLYANE VIEIRA MEIRELES  
**EQUIPE DE APOIO**

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

### **ANEXO I**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):**

**1.1.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por intermédio da unidade responsável pela gestão da infraestrutura administrativa, identificou a necessidade de promover adequações em ambientes localizados nas dependências da sede institucional, com o objetivo de melhorar as condições de organização, funcionalidade e aproveitamento do espaço disponível.

**1.2.** A demanda decorre da necessidade de adequação de determinados ambientes internos que atualmente não dispõem de soluções de mobiliário compatíveis com as dimensões físicas existentes e com as necessidades operacionais das atividades administrativas desenvolvidas no local. A ausência de mobiliário adequado ou a utilização de soluções improvisadas pode comprometer a organização de materiais e equipamentos, além de dificultar o uso eficiente do espaço e a adequada funcionalidade do ambiente.

**1.3.** Verificou-se, ainda, que os espaços destinados à instalação do mobiliário apresentam características dimensionais específicas, definidas pela própria configuração arquitetônica do edifício, circunstância que limita a utilização de mobiliário padronizado disponível no mercado. Em situações dessa natureza, a adoção de móveis convencionais pode resultar em inadequações dimensionais, perda de área útil e dificuldades de adaptação aos ambientes existentes.

**1.4.** Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para a fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, a ser desenvolvido de acordo com projeto previamente elaborado, de forma a permitir melhor aproveitamento do espaço disponível, promover maior organização dos ambientes e assegurar condições adequadas de uso das áreas institucionais.

**1.5.** Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade reunir as informações iniciais necessárias para demonstrar a viabilidade da contratação pretendida, subsidiando o planejamento da futura licitação e a elaboração do respectivo Termo de Referência.

#### **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):**

**2.1.** A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para o exercício de 2026, vinculada ao item 23 denominado “Mobiliário em Geral”, registrado sob o nº DFD 375/2026, de responsabilidade da unidade demandante GER-ADMIN – Gerência Administrativa.

**2.2.** O referido item contempla a aquisição e instalação de mobiliário destinado à manutenção, adequação e melhoria dos ambientes institucionais do Tribunal, abrangendo diferentes soluções de mobiliário necessárias ao funcionamento das unidades administrativas.

**2.3.** Nesse contexto, a demanda objeto do presente Estudo Técnico Preliminar enquadra-se no referido planejamento, uma vez que consiste na contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida destinado à adequação de ambientes localizados na sede administrativa do Tribunal.

**2.4.** Assim, verifica-se a compatibilidade da contratação pretendida com o planejamento institucional previamente estabelecido, observando-se que a iniciativa está contemplada no PCA 2026 dentro do grupo de despesas destinado à aquisição de mobiliário, cujo valor estimado global previsto para o referido item é de R\$ 80.000,00, com grau de prioridade classificado como alta.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):**

**3.1.** A contratação deverá atender aos seguintes padrões mínimos de qualidade e desempenho:

**3.1.1.** fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, desenvolvido com base em projeto técnico previamente elaborado para os ambientes institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás;

**3.1.2.** utilização predominante de chapas de MDF revestidas em laminado melamínico de alta pressão, em espessuras adequadas à função estrutural de cada elemento do mobiliário;

**3.1.3.** acabamento das bordas das peças em fita de ABS ou material equivalente, garantindo proteção contra desgaste e melhor acabamento estético;

**3.1.4.** utilização de ferragens de boa qualidade, tais como dobradiças, corrediças, trilhos, suportes e demais componentes metálicos compatíveis com o uso contínuo em ambiente administrativo;

**3.1.5.** funcionamento adequado das partes móveis do mobiliário, incluindo portas, gavetas, sistemas de abertura e fechamento, bem como eventuais mecanismos articulados;

**3.1.6.** adequada fixação e instalação dos móveis nas paredes, bancadas ou estruturas existentes, garantindo estabilidade, segurança e durabilidade das peças instaladas;

**3.1.7.** compatibilidade estética e funcional entre os diferentes elementos do mobiliário projetado, de modo a assegurar padronização visual e harmonia com o ambiente institucional.

**3.2.** A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, priorizando:

**3.2.1.** utilização de materiais provenientes de processos produtivos regulares e de fornecedores legalmente estabelecidos;

**3.2.2.** adoção de práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais decorrentes da fabricação e instalação do mobiliário;

**3.2.3.** destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços.

**3.2.4.** observância, no que couber, das diretrizes previstas na Resolução Normativa nº 25/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e das normas ambientais aplicáveis.

**3.3.** A contratação deverá atender aos seguintes critérios gerais:

- a) aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual e demais normativos aplicáveis às contratações públicas;
- b) observância das normas técnicas aplicáveis à fabricação e instalação de mobiliário;
- c) garantia de qualidade dos materiais utilizados e da execução dos serviços de fabricação e instalação;
- d) compromisso com a execução adequada do objeto contratado, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato;
- e) adoção de práticas que não limitem a competitividade entre os fornecedores e que assegurem o julgamento objetivo das propostas.

**3.4.** O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum com fornecimento de material, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, constantes do projeto técnico e das especificações técnicas que integram o presente Estudo Técnico Preliminar.

**3.5.** A presente contratação não se enquadra como contratação de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de solução destinada ao atendimento de necessidades administrativas e operacionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mediante adequação funcional de ambientes localizados no edifício-sede.

#### **4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):**

**4.1.** A estimativa das quantidades necessárias para atendimento da demanda foi elaborada com base no levantamento técnico realizado nos ambientes institucionais que receberão o mobiliário planejado, considerando as dimensões físicas dos espaços, as necessidades de organização e armazenamento identificadas pela unidade requisitante e as soluções de marcenaria definidas em projeto específico.

**4.2.** O projeto técnico de marcenaria elaborado para essa finalidade contempla a execução de diferentes elementos de mobiliário planejado sob medida, destinados à adequação funcional de ambientes localizados na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, incluindo estruturas voltadas ao armazenamento de materiais, organização de utensílios e melhor aproveitamento do espaço disponível.

**4.3.** Com base nas informações constantes do projeto e das especificações técnicas, a contratação deverá contemplar a fabricação, fornecimento e instalação dos seguintes conjuntos de mobiliário:

**4.3.1.** Armário suspenso em MDF, composto por compartimentos internos, prateleiras e espaço para acomodação de equipamentos, com dimensões aproximadas de 2,23 m de largura e profundidades variáveis conforme projeto técnico, destinado à instalação em ambiente de copa localizado no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**4.3.2.** Armário cabideiro com nichos e mesa dobrável integrada, confeccionado em MDF, contendo compartimentos fechados, nichos internos, porta basculante e mesa articulada projetada para otimização do espaço e apoio eventual para refeições e atividades de apoio, com dimensões aproximadas conforme projeto técnico, destinado à instalação em ambiente localizado no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**4.3.3.** Sistema de portas de correr em MDF, composto por duas folhas com trilho superior, ferragens específicas para deslizamento e fechamento adequado, incluindo painel lateral de acabamento para revestimento parcial da parede, destinado à divisão de ambientes internos localizados no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**4.3.4.** Conjunto de armário suspenso e armário inferior sob bancada, destinado ao Laboratório de Análise de Solos, composto por compartimentos internos, gaveteiro e prateleiras para armazenamento de materiais e equipamentos utilizados nas atividades técnicas do setor.

**4.3.5.** Armário suspenso com portas e nichos, também destinado ao Laboratório de Análise de Solos, contendo compartimentos fechados e nicho central aberto para organização e armazenamento de materiais utilizados nas atividades laboratoriais.

**4.4.** As quantidades estimadas consideram a instalação de um conjunto de cada elemento de mobiliário descrito, conforme definido no projeto técnico elaborado para os ambientes.

**4.5.** Ressalta-se que as dimensões indicadas são aproximadas e deverão ser confirmadas no local de instalação, podendo sofrer pequenos ajustes decorrentes das condições físicas dos ambientes, conforme indicado nas pranchas do projeto técnico.

**5. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):**

**5.1.** Para atendimento da necessidade administrativa identificada, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado capazes de atender à demanda por mobiliário destinado aos ambientes institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**5.2.** De modo geral, o mercado oferece diferentes alternativas para fornecimento de mobiliário corporativo, destacando-se principalmente as seguintes soluções:

**5.2.1. Aquisição de mobiliário padronizado (móveis prontos).**

**5.2.1.1.** Consiste na aquisição de móveis industrializados disponíveis no mercado, produzidos em série e comercializados em dimensões e modelos previamente definidos pelos fabricantes.

**5.2.1.2.** Essa solução apresenta como principal vantagem a disponibilidade imediata e, em alguns casos, menor custo unitário. Entretanto, apresenta limitações relevantes quando aplicada a ambientes que possuem dimensões específicas ou necessidades funcionais diferenciadas, uma vez que os móveis padronizados não permitem adequação integral aos vãos existentes, podendo gerar perda de espaço útil ou inadequação funcional.

**5.2.2. Aquisição de mobiliário modular.**

**5.2.2.1.** Uma alternativa disponível no mercado é o fornecimento de mobiliário modular, composto por módulos padronizados que podem ser combinados para formar diferentes configurações.

**5.2.2.2.** Embora essa solução ofereça maior flexibilidade em comparação aos móveis totalmente padronizados, ainda apresenta limitações quanto à adaptação precisa às dimensões e características específicas dos ambientes, especialmente quando se trata de espaços com recortes arquitetônicos, equipamentos embutidos ou necessidades específicas de armazenamento.

**5.2.3. Contratação de empresa especializada em marcenaria para fabricação de mobiliário sob medida.**

**5.2.3.1.** A terceira alternativa consiste na contratação de empresa especializada na fabricação e instalação de mobiliário planejado sob medida, desenvolvido especificamente para os ambientes onde será instalado.



**5.2.3.2.** Essa solução permite a adaptação integral do mobiliário às dimensões dos espaços disponíveis, bem como a incorporação de características funcionais específicas, tais como nichos, compartimentos, prateleiras e sistemas de abertura adequados às necessidades de cada ambiente. Além disso, possibilita melhor aproveitamento do espaço físico existente, maior integração estética com o ambiente e melhor organização dos equipamentos e materiais utilizados no local.

**5.3.** Considerando as características dos ambientes onde o mobiliário será instalado, bem como as especificidades dimensionais e funcionais identificadas no levantamento técnico realizado, verifica-se que a solução de mobiliário planejado sob medida apresenta maior adequação às necessidades da Administração, especialmente por possibilitar a adaptação precisa aos espaços existentes e atender às exigências de funcionalidade e organização dos ambientes institucionais.

**5.4.** Dessa forma, a alternativa que melhor atende ao interesse público consiste na contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico elaborado para os ambientes a serem atendidos.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):**

**6.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa direta junto a fornecedores especializados no segmento de mobiliário planejado sob medida, considerando as especificações constantes do projeto técnico de marcenaria elaborado para os ambientes contemplados pela contratação.

**6.2.** Para composição da estimativa foram consideradas propostas comerciais obtidas junto a empresas do ramo, contemplando fabricação, fornecimento, transporte e instalação completa do mobiliário planejado.

**6.3.** A metodologia adotada para definição do valor estimado consistiu na utilização da mediana dos preços obtidos na pesquisa de mercado, medida considerada adequada para mitigação de distorções decorrentes de variações excessivas entre as propostas apresentadas.

**6.4.** Com base na pesquisa realizada, o valor estimado da contratação corresponde a R\$ 33.890,00 (trinta e três mil oitocentos e noventa reais), conforme detalhado no Orçamento Estimativo que integra os autos do processo administrativo.

**6.5.** O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo fornecimento de materiais, fabricação, transporte, instalação, montagem e demais encargos inerentes à execução contratual.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):**

**7.1.** A solução definida para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob

medida, elaborado com base em projeto técnico previamente desenvolvido para os ambientes institucionais a serem atendidos.

**7.2.** A contratação compreenderá a execução completa dos serviços necessários à fabricação dos elementos de marcenaria previstos no projeto, incluindo o fornecimento dos materiais, a confecção das estruturas em ambiente fabril, o transporte até os locais de instalação e a montagem final nas dependências do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**7.3.** Os móveis a serem confeccionados deverão ser produzidos predominantemente em chapas de MDF revestidas em laminado melamínico de alta pressão, com ferragens e componentes compatíveis com o uso em ambientes administrativos e técnicos, observando-se as dimensões, características construtivas e acabamentos definidos no projeto de marcenaria elaborado para os ambientes.

**7.4.** A execução da solução deverá contemplar também os serviços de instalação e fixação dos móveis nos locais definidos, incluindo eventuais ajustes necessários para adequação às condições físicas dos ambientes, garantindo o correto funcionamento das estruturas e a adequada integração do mobiliário com os elementos existentes no local.

**7.5.** Após a conclusão da instalação, os móveis deverão apresentar condições adequadas de uso, estabilidade estrutural e acabamento compatível com o padrão exigido para os ambientes institucionais do Tribunal.

**7.6.** As especificações técnicas detalhadas dos elementos de mobiliário, incluindo dimensões, materiais, acabamentos e demais características construtivas, serão descritas no Termo de Referência e nos projetos técnicos que integrarão o processo de contratação.

**8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):**

**8.1.** Nos termos da legislação aplicável às contratações públicas, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto sempre que tal medida se mostrar técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar maior participação de fornecedores no certame.

**8.2.** No caso da presente contratação, verificou-se que o objeto consiste na fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, desenvolvido a partir de projeto técnico único que contempla diferentes elementos de marcenaria destinados a ambientes específicos da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**8.3.** Os componentes previstos no projeto apresentam características complementares e interdependentes, devendo ser produzidos com os mesmos padrões construtivos, materiais,

acabamentos e soluções técnicas, de modo a garantir uniformidade estética, compatibilidade dimensional e adequado funcionamento das estruturas instaladas.

**8.4.** A eventual divisão do objeto em contratações distintas poderia comprometer a padronização do mobiliário, gerar dificuldades de compatibilização entre as peças fabricadas por fornecedores diferentes e dificultar a definição de responsabilidades em relação à qualidade da execução e à instalação dos móveis.

**8.5.** Além disso, a execução integrada por um único fornecedor permite maior eficiência na fabricação, transporte e instalação do mobiliário, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, retrabalho ou atrasos na execução.

**8.6.** Diante dessas considerações, conclui-se que não se mostra técnica nem economicamente vantajoso o parcelamento da contratação, sendo mais adequado que o objeto seja executado de forma integral por um único fornecedor, garantindo maior padronização, qualidade e eficiência na execução da solução proposta.

**8.7.** Considerando que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as hipóteses impeditivas previstas no §4º do art. 3º da referida Lei Complementar. A pesquisa de mercado realizada indica a existência de fornecedores enquadrados nessas categorias capazes de executar o objeto pretendido, não se verificando impedimentos à aplicação do tratamento diferenciado previsto na legislação.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):**

**9.1.** A presente contratação tem como objetivo promover a adequação funcional de ambientes localizados na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por meio da instalação de mobiliário planejado sob medida, desenvolvido de acordo com as dimensões e características específicas dos espaços disponíveis.

**9.2.** Com a implementação da solução proposta, espera-se proporcionar melhor organização dos ambientes institucionais, permitindo o armazenamento adequado de materiais, equipamentos e utensílios utilizados nas atividades administrativas e técnicas desenvolvidas no Tribunal.

**9.3.** A adoção de mobiliário planejado permitirá ainda o melhor aproveitamento do espaço físico disponível, contribuindo para maior eficiência na utilização das áreas internas do edifício e para a melhoria das condições de funcionalidade dos ambientes.

**9.4.** Espera-se também promover maior padronização estética e organizacional dos ambientes atendidos, assegurando que o mobiliário instalado apresente compatibilidade com as características arquitetônicas e com o padrão institucional adotado pelo Tribunal.

**9.5.** Como resultado, a contratação contribuirá para a melhoria das condições de trabalho dos usuários dos ambientes atendidos, bem como para o aprimoramento da infraestrutura administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em consonância com os princípios da eficiência e da boa gestão dos recursos públicos.

**10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):**

**10.1.** Para a viabilização da contratação pretendida, não se identificam providências prévias de natureza estrutural ou operacional que demandem adaptações significativas por parte da Administração.

**10.2.** Os ambientes que receberão o mobiliário encontram-se devidamente definidos no projeto técnico de marcenaria elaborado para essa finalidade, o qual estabelece as dimensões, características e posicionamento dos elementos de mobiliário a serem fabricados e instalados.

**10.3.** Antes da celebração do contrato decorrente do processo licitatório, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à formalização da contratação, incluindo a designação do gestor e do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual e pela verificação do cumprimento das condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato.

**10.4.** Durante a execução contratual, caberá à Administração acompanhar as etapas de fabricação, entrega e instalação do mobiliário, de forma a assegurar a conformidade da execução com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência e no projeto de marcenaria.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):**

**11.1.** Após análise da necessidade administrativa e da solução proposta, verificou-se que a contratação pretendida não depende da realização de outras contratações correlatas ou interdependentes para sua viabilidade.

**11.2.** A execução do objeto consiste na fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico elaborado para os ambientes institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo a solução autônoma e suficiente para atender à necessidade identificada.

**11.3.** Dessa forma, não se identificam contratações adicionais que precisem ser realizadas previamente ou de forma concomitante para possibilitar a execução da presente contratação.

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):**

**12.1.** Considerando a natureza do objeto da contratação, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da fabricação e instalação do mobiliário planejado sob medida destinado aos ambientes institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**12.2.** Ainda assim, a execução do objeto deverá observar práticas compatíveis com os princípios de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, especialmente no que se refere à utilização de materiais provenientes de processos produtivos regulares, à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e à observância, no que couber, das diretrizes da Resolução Normativa nº 25/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e da legislação ambiental vigente.

**12.3.** Durante a execução dos serviços, eventuais resíduos gerados no processo de fabricação, transporte ou instalação do mobiliário deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

**12.4.** As exigências relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade ambiental serão detalhadas no Termo de Referência da contratação, de modo a assegurar que a execução do objeto ocorra em consonância com as boas práticas ambientais e com os princípios da administração pública.

**13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):**

**13.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar analisou a necessidade administrativa relacionada à adequação de ambientes institucionais localizados na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, bem como as soluções disponíveis no mercado capazes de atender a essa demanda.

**13.2.** A análise realizada indicou que a contratação de empresa especializada para a fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida apresenta-se como a solução mais adequada para atender às necessidades identificadas, especialmente em razão das características dimensionais específicas dos ambientes e da necessidade de melhor aproveitamento do espaço disponível.

**13.3.** Verificou-se que a solução proposta é tecnicamente viável, economicamente compatível com os valores praticados no mercado e alinhada ao planejamento institucional previamente estabelecido no Plano de Contratações Anual do Tribunal.

**13.4.** Diante das análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se mostra adequada para atender à necessidade administrativa identificada, contribuindo para a melhoria da organização dos ambientes institucionais e para o aprimoramento das condições de funcionamento das atividades administrativas do Tribunal.

**13.5.** Assim, recomenda-se o prosseguimento da contratação, com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das demais providências necessárias à realização do procedimento licitatório.

**14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

**14.1.** Conforme o inciso X, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Pedro Henrique de Mota Emiliano;
- Integrante técnico: Pedro Henrique de Mota Emiliano ou Gilney da Costa Vaz; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 13 de maio de 2026.**

**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO II**

**MAPA DE RISCOS**

**MAPA DE RISCOS**

**Dados do Processo:**

<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico elaborado para ambientes localizados na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
----------------	---

**PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A identificação dos riscos apresentados neste documento considerou apenas aqueles que possuem relevância prática e potencial impacto sobre o objeto da contratação. Em observância às boas práticas de gestão de riscos e ao princípio da materialidade, foram registrados exclusivamente os riscos plausíveis, com possibilidade real de ocorrência e que exigem medidas preventivas e/ou de contingência. A inclusão de riscos irrelevantes ou hipotéticos foi evitada, de modo a garantir clareza, objetividade e foco na efetiva gestão da contratação.

<b>Risco 01:</b>	Especificação técnica inadequada do objeto
<b>Categoria:</b>	Técnico

**Risco 01:**

<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta

**Dano(s):** Contratação de solução de marcenaria incompatível com as dimensões dos ambientes ou com as necessidades operacionais da unidade demandante, gerando inadequações funcionais,



retrabalho ou necessidade de ajustes posteriores.	
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência com descrição detalhada do objeto, utilização de projeto técnico de marcenaria previamente elaborado e validação das especificações pela área responsável.	<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração
<b>Prazo:</b> Antes da publicação do instrumento convocatório.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Avaliação de ajustes técnicos durante a execução contratual ou aplicação das medidas contratuais cabíveis caso sejam constatadas incompatibilidades relevantes.	<b>Responsável:</b> Gestor e Fiscal do Contrato

<b>Risco 02:</b>	Erro de medição ou incompatibilidade dimensional no local de instalação		
<b>Categoria:</b>	Técnico / Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Necessidade de refabricação ou adaptação de peças devido a diferenças entre as dimensões previstas no projeto e as condições físicas reais dos ambientes.			
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Previsão contratual de conferência das medidas no local antes da fabricação definitiva do mobiliário.			<b>Responsável:</b> Contratada / Arquitetos TCE/ Fiscal Contrato
<b>Prazo:</b> Antes do início da fabricação dos móveis.			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Adequação das peças fabricadas ou substituição dos elementos incompatíveis.			<b>Responsável:</b> Contratada / Gestor do Contrato

<b>Risco 03:</b>	Atraso na fabricação ou instalação do mobiliário		
<b>Categoria:</b>	Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Atraso na adequação dos ambientes institucionais e postergação da utilização dos espaços conforme planejado.			
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Definição clara de prazo de execução no Termo de Referência e acompanhamento periódico da execução contratual.			<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração
<b>Prazo:</b> Durante toda a execução contratual.			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Aplicação das penalidades contratuais previstas e eventual reprogramação do cronograma de execução.			<b>Responsável:</b> Gestor do Contrato

<b>Risco 04:</b>	Estimativa de preços inadequada		
<b>Categoria:</b>	Financeiro		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Contratação por valor superior ao praticado no mercado, com prejuízo à economicidade e à obtenção da proposta mais vantajosa.			

<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Realização de pesquisa de preços junto a fornecedores do ramo, considerando orçamentos compatíveis com as especificações do projeto de marcenaria.	<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração / Arquitetos do TCE
<b>Prazo:</b> Antes da formalização da contratação.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Reavaliação da pesquisa de preços ou revisão do orçamento estimado.	<b>Responsável:</b> Diretoria de Administração

<b>Risco 05:</b>	Execução do mobiliário com qualidade inferior à especificada		
<b>Categoria:</b>	Técnico / Operacional		
<b>Probabilidade:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Dano(s):</b> Entrega de mobiliário com materiais ou acabamento inferiores aos definidos no Termo de Referência.			
<b>Ação(ões) preventiva(s):</b> Definição clara das especificações técnicas no Termo de Referência e acompanhamento da execução pelo fiscal do contrato.			<b>Responsável:</b> Fiscal do Contrato
<b>Prazo:</b> Durante a execução contratual.			
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Rejeição dos serviços executados em desacordo com as especificações e exigência de correção pela contratada.			<b>Responsável:</b> Gestor e Fiscal do Contrato

#### IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Conforme o inciso XIII, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Suellen Carina Lopes de Queiroz;
- Integrante técnico: Graziela Meireles Rodrigues; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 05 de março de 2026.**

**GRAZIELA MEIRELES RODRIGUES**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTA**  
***PORT. Nº 139/2026***

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)**

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico de marcenaria elaborado para ambientes localizados no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

**1.2.** A contratação compreende a execução completa do conjunto de mobiliário projetado, incluindo fornecimento de materiais, fabricação em ambiente fabril, transporte, entrega e instalação nas dependências da sede Administrativa, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e nos projetos anexos.

**1.3.** O conjunto de mobiliário objeto da contratação é composto pelos seguintes elementos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Fabricação, fornecimento e instalação de estante com nichos e mesa dobrável em MDF	unidade	1
2	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso em MDF	unidade	1
3	Fabricação, fornecimento e instalação de sistema de portas de correr em MDF, incluindo trilhos, ferragens, sistemas de deslizamento e todos os componentes necessários à sua perfeita instalação e funcionamento.	unidade	1
4	Fabricação, fornecimento e instalação de armário superior e armário inferior sob bancada em MDF	unidade	1
5	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso com nichos e portas de giro em MDF	unidade	1

**1.4.** As características construtivas, dimensões aproximadas, cores, ferragens, sistemas de abertura e demais especificações técnicas do mobiliário encontram-se detalhadas no Projeto de Marcenaria e no documento de Especificações Técnicas, que integram este Termo de Referência como anexos.

**1.5.** O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum com fornecimento de material, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e nos projetos anexos.

**1.6.** O prazo de vigência da contratação será de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Tratando-se de contrato por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que a não conclusão decorra de motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021)**

**2.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de adequação e melhoria das condições de organização e funcionalidade de ambientes localizados no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, mediante a implantação de mobiliário planejado sob medida destinado ao apoio das atividades administrativas e técnicas desenvolvidas nas referidas unidades.

**2.2.** Os ambientes contemplados pela presente contratação possuem características físicas específicas, com dimensões e vãos previamente definidos, o que inviabiliza, em muitos casos, a utilização de mobiliário padronizado disponível no mercado. Dessa forma, a solução mais adequada consiste na fabricação de mobiliário planejado, projetado sob medida, de forma a possibilitar melhor aproveitamento do espaço disponível e garantir maior funcionalidade aos ambientes institucionais.

**2.3.** A adoção de mobiliário planejado permite ainda a otimização das áreas de armazenamento, a melhoria da organização dos equipamentos e materiais utilizados nas atividades institucionais e a adequação ergonômica dos espaços de trabalho, contribuindo para maior eficiência no desempenho das atividades administrativas.

**2.4.** A necessidade da contratação foi devidamente analisada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021, no qual foram avaliadas as alternativas disponíveis no mercado, concluindo-se que a contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário sob medida apresenta-se como a solução mais adequada para atendimento da demanda identificada.

**2.5.** As especificações técnicas do mobiliário encontram-se detalhadas no projeto de marcenaria e no documento de especificações técnicas anexos a este Termo de Referência, os quais definem as dimensões, características construtivas e materiais a serem empregados na execução do objeto.

## **3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021)**

**3.1.** A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico de marcenaria elaborado para ambientes específicos do edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO.

**3.2.** A solução compreende a execução integral dos serviços necessários à implantação do mobiliário projetado, incluindo o fornecimento de todos os materiais, componentes, ferragens e acessórios necessários, bem como a fabricação das peças em ambiente apropriado, transporte até o local de instalação e montagem final nas dependências da sede Administrativa. A execução do objeto deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade previstas na Resolução Normativa nº 25/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, bem como a legislação ambiental aplicável.

**3.3.** Antes da fabricação definitiva do mobiliário, a empresa contratada deverá realizar a conferência das medidas no local de instalação, a fim de assegurar a compatibilidade entre o projeto técnico e as condições reais dos ambientes, promovendo eventuais ajustes necessários para a perfeita execução do objeto.

**3.4.** A execução da solução contempla a fabricação e instalação dos elementos de mobiliário previstos no projeto técnico, tais como armários suspensos, armários inferiores sob bancada, estantes com nichos, portas de correr, mesas dobráveis e demais componentes necessários à composição dos ambientes.

**3.5.** A contratada será responsável por todas as etapas relacionadas à execução do objeto, incluindo a adequada fixação dos móveis nas estruturas existentes, ajustes finais, limpeza do local após a instalação e garantia de que os elementos instalados estejam em perfeito funcionamento e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

**3.6.** As especificações técnicas detalhadas, dimensões aproximadas, materiais, cores, ferragens e demais características construtivas do mobiliário encontram-se descritas no Projeto de Marcenaria e no documento de Especificações Técnicas, que integram este Termo de Referência como anexos.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei n. 14.133/2021)**

**4.1.** A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica para execução de serviços de marcenaria e fabricação de mobiliário planejado sob medida, sendo responsável pela fabricação, fornecimento, transporte e instalação completa dos elementos de mobiliário previstos no projeto técnico.

**4.2.** O mobiliário deverá ser confeccionado em chapas de MDF com revestimento em laminado melamínico de alta pressão, observando-se as espessuras, cores, acabamentos e demais especificações técnicas indicadas no projeto de marcenaria e no documento de especificações técnicas que integram este Termo de Referência.

**4.3.** As bordas das chapas deverão receber fitas de acabamento em ABS, devidamente coladas e ajustadas, garantindo resistência, durabilidade e acabamento adequado às peças.

**4.4.** As ferragens utilizadas, tais como dobradiças, corrediças, suportes articulados, trilhos e demais componentes de fixação, deverão apresentar qualidade compatível com o uso institucional, garantindo estabilidade, segurança e adequado funcionamento dos móveis.

**4.5.** Antes do início da fabricação dos móveis, a empresa contratada deverá realizar vistoria no local de instalação para conferência das medidas, de modo a verificar a compatibilidade entre o projeto e as condições reais dos ambientes, realizando eventuais ajustes necessários.



**4.6.** A instalação do mobiliário deverá ser executada por profissionais qualificados, observando-se as condições estruturais dos ambientes e garantindo a adequada fixação dos móveis nas paredes ou estruturas existentes.

**4.7.** Durante a execução dos serviços, a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para evitar danos às instalações existentes, sendo responsável por eventuais reparos decorrentes de falhas ou inadequações na execução.

**4.8.** Após a instalação do mobiliário, a contratada deverá realizar a limpeza do local e remover todos os resíduos decorrentes da execução dos serviços.

**4.9.** O mobiliário fornecido deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, materiais e instalação, contados a partir do recebimento definitivo.

**4.10.** A execução do objeto deverá observar as normas técnicas aplicáveis, bem como boas práticas de sustentabilidade, priorizando materiais e processos produtivos que contribuam para a durabilidade dos móveis e para a redução de impactos ambientais.

#### **4.11. SUBCONTRATAÇÃO**

**4.11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando que a execução envolve a fabricação e instalação de mobiliário planejado sob medida, cuja responsabilidade técnica e qualidade da execução devem permanecer integralmente sob responsabilidade da empresa contratada.

**4.11.2.** Eventual subcontratação de atividades acessórias somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

**4.11.3.** A contratada responderá integralmente pelos serviços executados por eventuais subcontratados, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei n. 14.133/2021)**

**5.1.** A execução do objeto compreenderá a fabricação, fornecimento, transporte, entrega e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, nos projetos de marcenaria e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

**5.1.1.** A contratada deverá realizar vistoria técnica prévia nos ambientes onde os móveis serão instalados, com o objetivo de conferir as dimensões dos espaços, verificar eventuais interferências físicas e assegurar a compatibilidade entre o projeto técnico e as condições reais do local.

**5.1.2.** A verificação das medidas constitui etapa obrigatória da execução contratual, sendo de inteira responsabilidade da contratada promover eventuais ajustes necessários para garantir o perfeito encaixe e funcionamento do mobiliário no momento da instalação.

**5.1.3.** A fabricação dos móveis deverá ser realizada em ambiente apropriado, utilizando equipamentos e técnicas adequadas à produção de mobiliário planejado, garantindo precisão dimensional, qualidade de acabamento e resistência estrutural compatível com o uso institucional.

**5.1.4.** O mobiliário deverá ser confeccionado conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e nos documentos técnicos anexos, observando-se, entre outros aspectos:

I – utilização de chapas de MDF ou material equivalente de alta qualidade, com revestimento melamínico ou acabamento compatível com o padrão institucional do Tribunal;

II – emprego de ferragens, dobradiças, corrediças, trilhos e demais componentes de boa qualidade e durabilidade;

III – acabamento uniforme, sem imperfeições visíveis, desalinhamentos ou irregularidades estruturais.

**5.1.5.** A contratada será responsável pelo transporte de todos os materiais e peças até o local de instalação, bem como pela execução dos serviços de montagem, fixação e ajustes finais do mobiliário nas dependências do Tribunal.

**5.1.6.** Durante a execução dos serviços de instalação, a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para preservar as instalações existentes, evitando danos a paredes, pisos, revestimentos, instalações elétricas ou quaisquer outros elementos do ambiente.

**5.1.7.** Eventuais danos causados às instalações do Tribunal durante a execução dos serviços deverão ser reparados pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

**5.1.8.** Após o recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, a contratada deverá iniciar a execução do objeto no prazo máximo de até 10 (dez) dias.

**5.1.9.** O prazo máximo para a execução completa do objeto, compreendendo fabricação, fornecimento e instalação do mobiliário planejado, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

## **5.2. GARANTIA MÍNIMA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**5.2.1.** O mobiliário fornecido deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

**5.2.2.** A garantia abrangerá defeitos de fabricação, falhas estruturais, problemas de funcionamento das ferragens, desalinhamentos, defeitos de montagem e quaisquer outras irregularidades que comprometam o uso adequado do mobiliário.

**5.2.3.** Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer componentes que apresentem defeitos ou falhas de funcionamento.

**5.2.4.** Os serviços de manutenção corretiva decorrentes da garantia deverão ser realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação da Administração.

### **5.3. GARANTIA CONTRATUAL**

**5.3.1.** Considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, não será exigida garantia contratual, conforme facultado pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

### **5.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.4.1.** Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, projetos de marcenaria e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos prazos e nos locais previstos, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à fabricação, fornecimento e instalação do mobiliário, na qualidade e quantidade adequadas, atendendo às normas técnicas brasileiras pertinentes.

**5.4.2.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos compatíveis com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**5.4.3.** Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ficando o TCE-GO autorizado a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos.

**5.4.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.4.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os serviços executados ou os móveis fornecidos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**5.4.6.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e observando, ainda, as normas de segurança da CONTRATANTE, mantendo sempre limpo o local dos serviços e em adequadas condições de segurança, higiene e disciplina.

**5.4.7.** Credenciar, junto ao TCE-GO, preposto que atenderá às requisições da Administração e receberá as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização do contrato, prestando às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

**5.4.8.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**5.4.9.** Cientificar imediatamente o fiscal ou gestor contratual sobre qualquer ocorrência anormal que afete a execução do serviço ou a instalação do mobiliário.

**5.4.10.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.4.11.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas neste Termo de Referência.

**5.4.12.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

**5.4.13.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**5.4.13.1.** A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir sua utilização pela Administração.

**5.4.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

**5.4.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.16.** Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, montagem e instalação completa do mobiliário nas dependências do Tribunal, bem como pela remoção de embalagens, resíduos e materiais resultantes da execução dos serviços.

## **5.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.5.1.** Fornecer todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à plena execução do contrato.

**5.5.2.** Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

**5.5.3.** Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

**5.5.4.** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, desde que devidamente identificados e exclusivamente para execução dos serviços contratados.

**5.5.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas neste Termo de Referência.

**5.5.6.** Exercer a fiscalização sobre a execução do objeto contratado, podendo aplicar as sanções administrativas cabíveis ou rescindir o contrato caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’, da Lei n. 14.133/2021)**

**6.1.** A fiscalização e a gestão do contrato competirão, respectivamente, aos servidores Pedro Henrique Mota Emiliano e Suellen Carina Lopes de Queiroz no Artigo 13, Inciso I, da Portaria n. 729/2025 do TCE-GO.

**6.2.** À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

**6.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, as quais devem ser anexadas ao processo de contratação.

**6.4. Compete ao Gestor do Contrato:**

I – acompanhar a execução global do contrato, zelando pelo cumprimento das cláusulas pactuadas;

II – coordenar a atuação do fiscal do contrato;

III – adotar as providências necessárias à formalização de termos aditivos, apostilamentos, prorrogações ou rescisões, quando cabíveis;

IV – decidir, no âmbito de sua competência, as questões administrativas decorrentes da execução contratual;

V – comunicar à autoridade competente ocorrências que extrapolem sua esfera de atuação;

VI – promover o registro formal das ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato.

**6.5. Compete ao Fiscal do Contrato:**

I – anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;

II – informar a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

III – comunicar, por meio de notificações e relatórios de vistoria, as ocorrências verificadas e fazer as determinações necessárias à perfeita execução contratual;

IV – avaliar os serviços executados e os materiais fornecidos pela contratada, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

V – exigir o cumprimento das normas técnicas, especificações e métodos de execução exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VI – realizar, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado;

VII – propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à contratada, observadas as formalidades legais;

VIII – verificar a compatibilidade da qualidade e da quantidade dos serviços executados e dos bens fornecidos com o objeto contratado.

- 6.6.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor e do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Secretário de Administração do TCE-GO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6.7.** A fiscalização poderá recusar o recebimento do objeto quando este estiver em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou com as condições previstas no contrato.
- 6.8.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.9.** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.
- 6.10.** Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com o objetivo de alinhar procedimentos relacionados à execução do objeto, às responsabilidades das partes, aos mecanismos de fiscalização e às demais condições previstas no contrato.
- 6.11.** Sempre que necessário, poderão ser realizadas reuniões entre as partes para acompanhamento da execução contratual, devendo ser lavrada ata contendo os assuntos tratados e as decisões adotadas.
- 6.12.** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços executados, podendo determinar as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)**

- 7.1.** O pagamento será realizado após a entrega, instalação e aceitação do objeto contratado, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.2.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal ou documento equivalente correspondente ao fornecimento e à instalação do mobiliário, devidamente atestada pelo gestor ou fiscal do contrato.
- 7.3.** O objeto será recebido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:
- 7.3.1.** Recebimento provisório: ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da conclusão da entrega e instalação dos mobiliários, mediante verificação preliminar quanto à conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência e nos projetos anexos.
- 7.3.2.** Recebimento definitivo: ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação detalhada da adequação do objeto aos requisitos técnicos e às condições estabelecidas no contrato.



**7.3.3.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA proceder às correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização.

**7.3.4.** Caso sejam identificadas irregularidades ou inconformidades na execução do objeto, o recebimento definitivo ficará suspenso até que sejam realizadas as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**7.3.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela qualidade, durabilidade e segurança dos mobiliários fornecidos e instalados.

**7.3.6.** O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás em parcela única, até o 30º (trigésimo) dia contado do ateste da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, mediante depósito em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

**7.3.7.** No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, calculados proporcionalmente ao período de atraso.

**7.3.8.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**7.4.** O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**7.5.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

**7.6.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**7.7.** Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE".

**7.8.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

**7.9.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme o caso.



## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Será observada a destinação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em atenção ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 e que a pesquisa de mercado indicou a existência de fornecedores enquadrados nessas categorias aptos a executar o objeto.

**8.3.** A adoção da modalidade pregão justifica-se por tratar-se de objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se como serviço comum com fornecimento de material, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**8.4.** O critério de julgamento pelo menor preço global foi adotado em razão da natureza integrada da contratação, que envolve a fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário sob medida, cujos componentes devem ser executados de forma coordenada para garantir a padronização estética, funcional e construtiva do conjunto.

**8.5.** Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, considerando que o objeto da contratação possui baixa complexidade técnica e valor estimado moderado, podendo ser executado por empresas do ramo de marcenaria e mobiliário planejado.

### **8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.6.1.** Nos moldes do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de aptidão para execução de serviços similares, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**8.6.2.** A comprovação de capacidade técnica deverá demonstrar experiência anterior na execução de serviços de fabricação e instalação de mobiliário planejado sob medida, compatíveis em características com o objeto desta contratação.

**8.6.3.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, serão consideradas parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto:

I – fabricação e instalação de mobiliário planejado sob medida em MDF;

II – fabricação e instalação de armários suspensos e armários sob bancada;

III – fabricação e instalação de portas de correr em MDF com ferragens e trilhos específicos;

IV – execução de serviços de marcenaria sob medida com instalação em ambientes corporativos ou institucionais.

**8.6.4.** A licitante deverá comprovar a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem a execução de serviços de marcenaria ou mobiliário planejado em valor igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

**8.6.5.** Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do valor mínimo exigido, inclusive relativos a contratos executados de forma concomitante ou sucessiva, desde que os serviços apresentados sejam compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto.

**8.6.6.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação ou outros documentos que permitam a verificação da execução do serviço.

**8.6.7.** A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica justifica-se em razão das características do objeto, que envolve fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, atividades que demandam conhecimento técnico específico e experiência prévia na execução de serviços de marcenaria.

**8.6.8.** Tal exigência visa assegurar que a futura contratada possua experiência compatível com a natureza do fornecimento, garantindo à Administração que dispõe de condições técnicas e operacionais para executar o objeto de forma adequada.

**8.6.9.** Os atestados deverão conter, de forma clara e verificável:

- a. identificação do emitente (razão social, CNPJ e endereço);
- b. descrição detalhada do objeto executado;
- c. informações suficientes para verificação da compatibilidade dos serviços executados com o objeto da contratação;
- d. período de execução contratual;
- e. data de emissão;
- f. nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão;
- g. declaração de que os serviços foram prestados satisfatoriamente.

**8.6.10.** A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade das informações prestadas, inclusive mediante contato com o emitente do atestado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**8.6.11.** A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de requisitos técnicos, organizacionais ou operacionais.

**8.6.12.** A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de prática de “registro de oportunidade”, exclusividade comercial ou mecanismo equivalente que restrinja indevidamente a competitividade do certame, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e ampla concorrência.

## **8.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**8.7.1.** Considerando o baixo vulto e a reduzida complexidade do objeto, bem como a ausência de riscos relevantes decorrentes de eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, não se justifica a exigência de balanço patrimonial, índices econômico-financeiros ou outras demonstrações contábeis das licitantes.

**8.7.2.** Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida apenas a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**8.7.3.** Entende-se que as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, somadas à comprovação de capacidade técnica prevista neste Termo de Referência, são suficientes para mitigar os riscos da contratação, evitando a imposição de requisitos excessivos que possam restringir a ampla competitividade do certame.

## **8.8. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**8.8.1.** Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

**8.8.2.** Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será exigido:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);
- i) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## **8.9. GARANTIA DA PROPOSTA**

**8.9.1.** Considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, não será exigida garantia da proposta, por se tratar de contratação de baixo vulto e baixa complexidade, não se justificando a imposição de encargos adicionais que possam restringir a competitividade do certame.

## **8.10. AMOSTRA**

**8.10.1.** Não será exigida apresentação de amostra, considerando que a avaliação da proposta ocorrerá mediante análise das especificações técnicas, projetos de marcenaria e atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)**

**9.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa direta junto a fornecedores especializados no segmento de mobiliário planejado sob medida.

**9.2.** A pesquisa de preços considerou propostas comerciais obtidas junto a empresas do ramo, contemplando fabricação, fornecimento, transporte e instalação completa do mobiliário projetado.

**9.3.** Para definição do valor estimado da contratação foi adotada a mediana dos preços obtidos na pesquisa de mercado, metodologia considerada adequada para mitigação de distorções entre as propostas apresentadas.

**9.4.** Os valores estimados referenciais dos itens que compõem o objeto são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO REFERENCIAL
1	Fabricação, fornecimento e instalação de estante com nichos e mesa dobrável em MDF	R\$ 5.990,00
2	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso em MDF	R\$ 3.600,00
3	Fabricação, fornecimento e instalação de sistema de portas de correr em MDF	R\$ 12.850,00
4	Fabricação, fornecimento e instalação de armário superior e inferior sob bancada em MDF	R\$ 6.100,00
5	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso com nichos e portas de giro em MDF	R\$ 5.350,00
Total		R\$ 33.890,00

**9.5.** Para fins de composição dos valores estimados unitários, adotaram-se os valores da proposta que representa a mediana do valor global da pesquisa de preços, no montante de R\$ 33.890,00, preservando-se a coerência entre os valores individualizados dos itens e o valor global estimado da contratação.

**9.6.** Os valores unitários indicados possuem caráter meramente referencial, tendo sido obtidos a partir da consolidação das propostas comerciais apresentadas pelos fornecedores consultados, prevalecendo, para fins de julgamento e aceitabilidade da proposta, o valor global da contratação.

**9.7.** A data-base do orçamento estimativo corresponde a 06 de março de 2026, data de formalização da pesquisa de preços e consolidação do orçamento estimativo da contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas, para o presente exercício, na seguinte dotação orçamentária:

2026.0201.01.032.4200.4215.04.15000100.90.0000 na Natureza de Despesa 4.4.90.52.24 – Mobiliário em Geral.

**10.2.** Para o exercício seguinte, a despesa será alocada em dotação Orçamentária própria para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada na lei Orçamentária Anual.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas durante a execução contratual serão resolvidos na esfera administrativa, mediante decisão motivada da autoridade competente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Edital e deste Termo de Referência.

**11.2.** O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores que, na falta delas, responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

**11.3.** As comunicações entre as partes deverão ocorrer por escrito, inclusive por meio eletrônico institucional que assegure a comprovação do recebimento, devendo os registros integrar o processo administrativo correspondente.

**11.4.** Este Termo de Referência integra o Edital do Pregão Eletrônico e o futuro contrato, vinculando as partes ao fiel cumprimento de suas disposições, nos termos da legislação aplicável.

**11.5.** A participação da licitante no certame implica plena ciência e aceitação das condições estabelecidas neste instrumento e no Edital, não podendo alegar desconhecimento posterior.

**11.6.** A licitante vencedora deverá indicar preposto com poderes para representá-la perante a Administração, responsável pela interlocução técnica e administrativa durante a execução contratual.

**11.7.** São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- ANEXO I – Projeto Técnico de Marcenaria;
- ANEXO II – Especificações Técnicas do Projeto de Marcenaria;
- ANEXO III – Orçamento Estimativo;
- ANEXO IV – Mapa de Risco.

## **12. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

**12.1.** Conforme o inciso X, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Pedro Henrique de Mota Emiliano;
- Integrante técnico: Pedro Henrique de Mota Emiliano ou Gilney da Costa Vaz; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 13 de maio de 2026.**

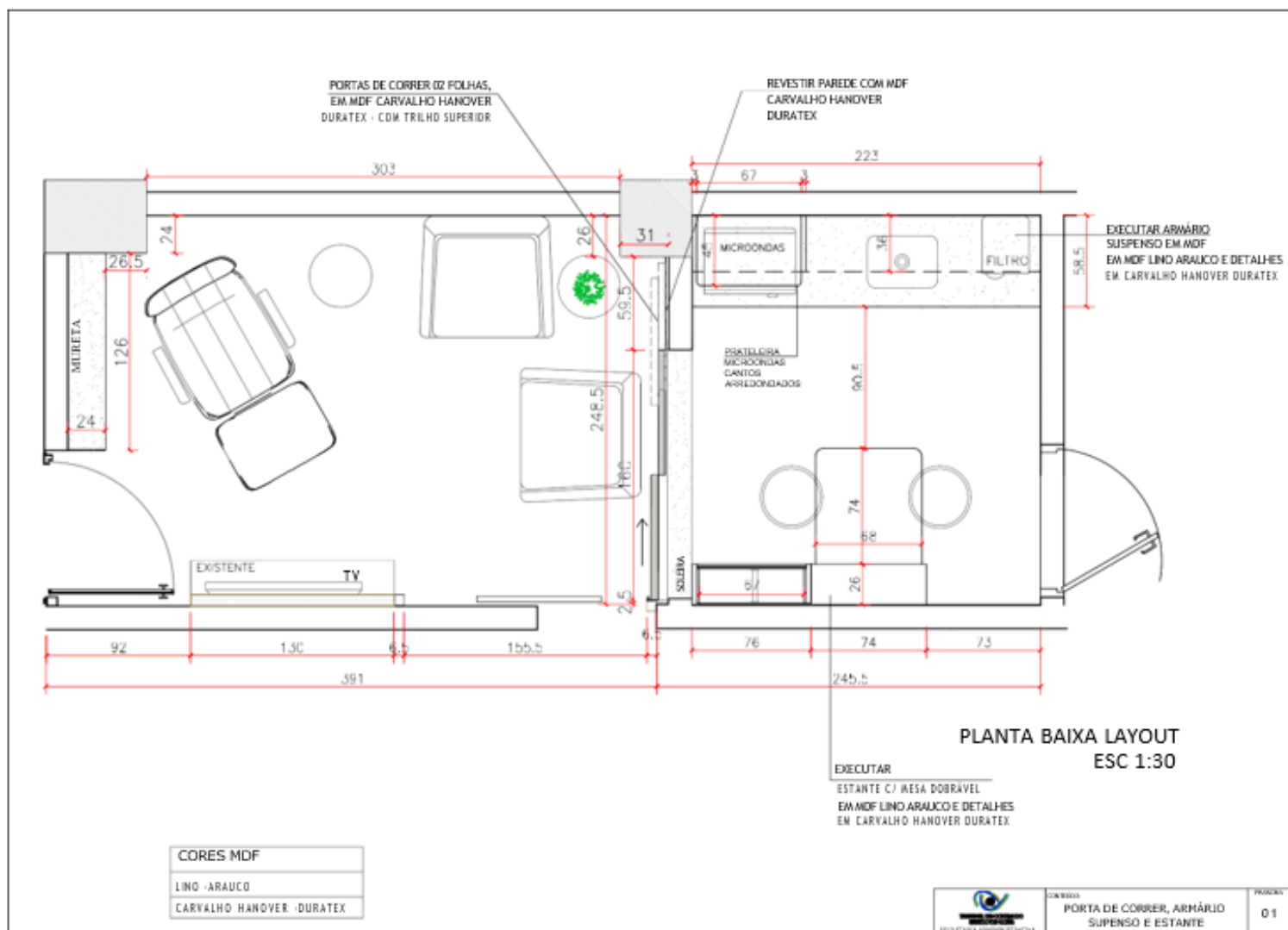
**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

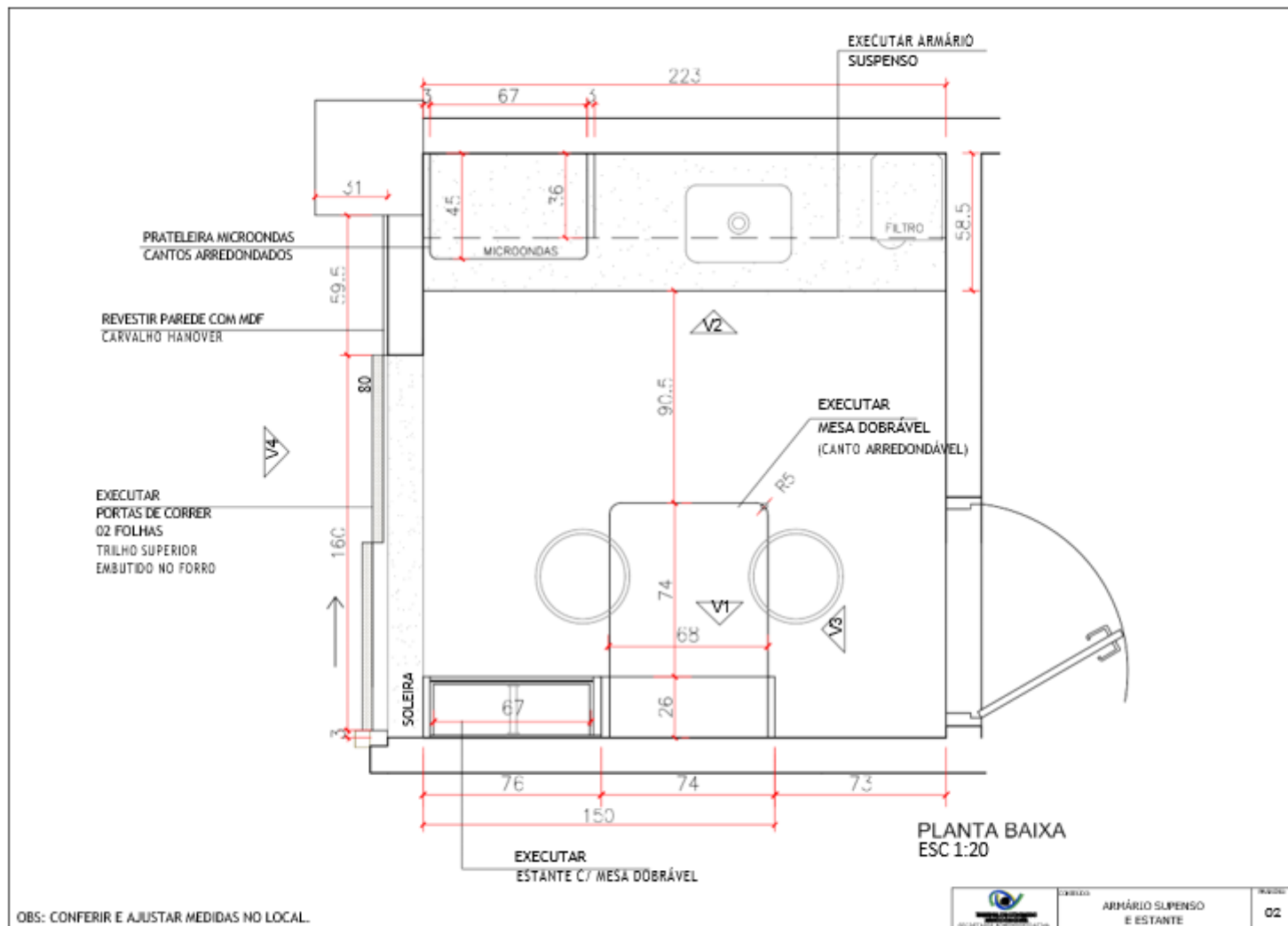


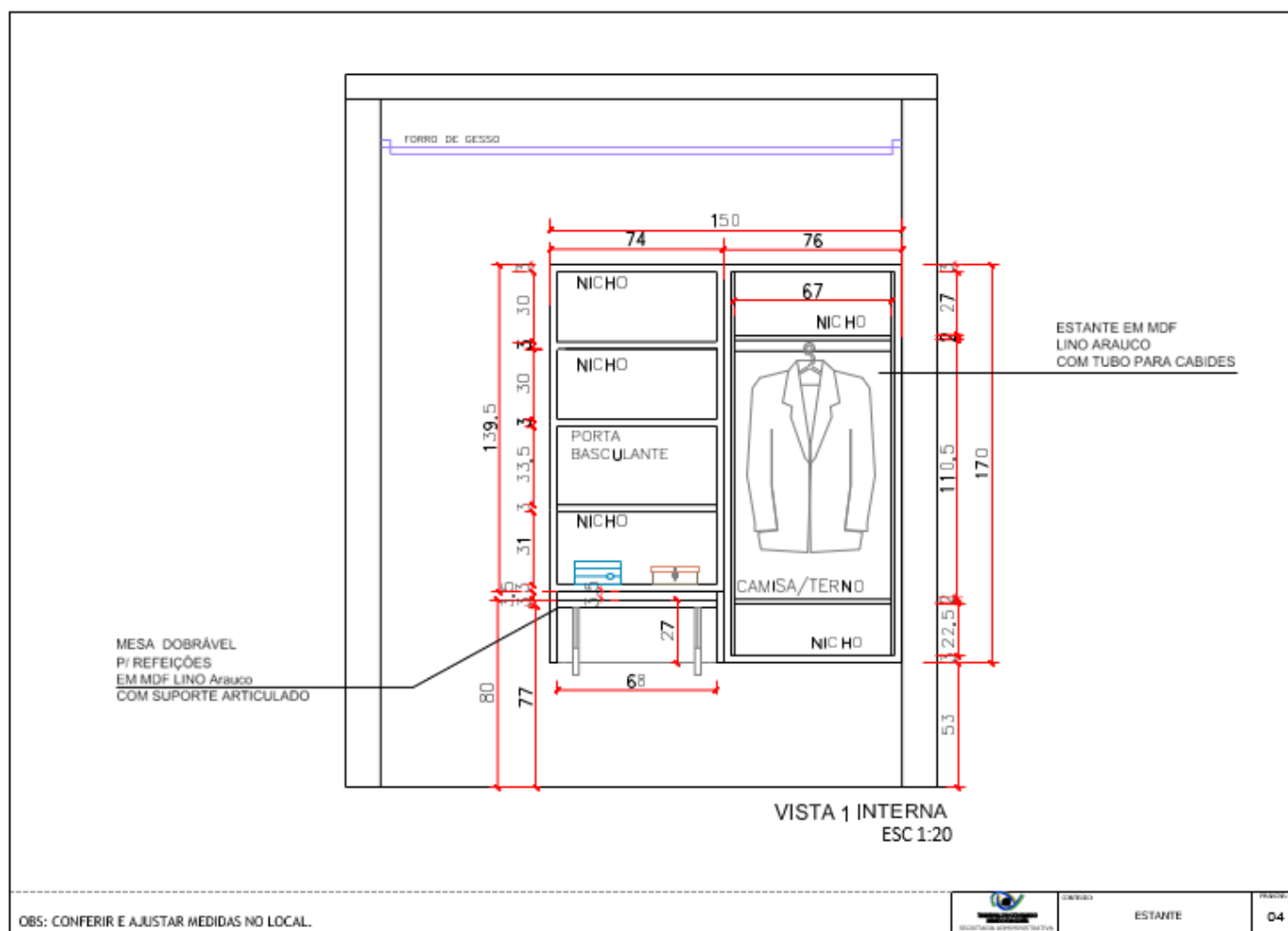
## TERMO DE REFERÊNCIA

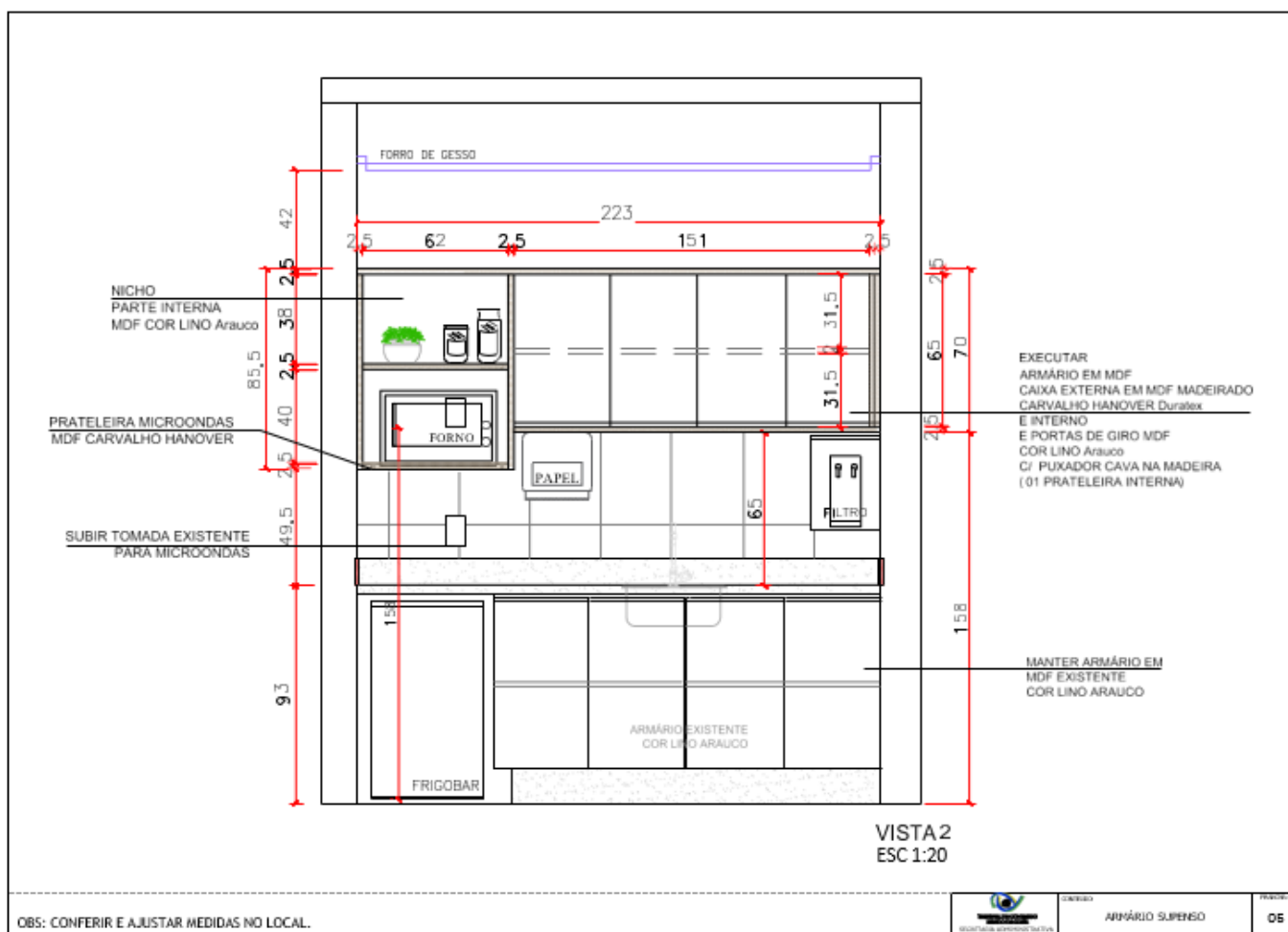
### ANEXO I

### PROJETO TÉCNICO DE MARCENARIA







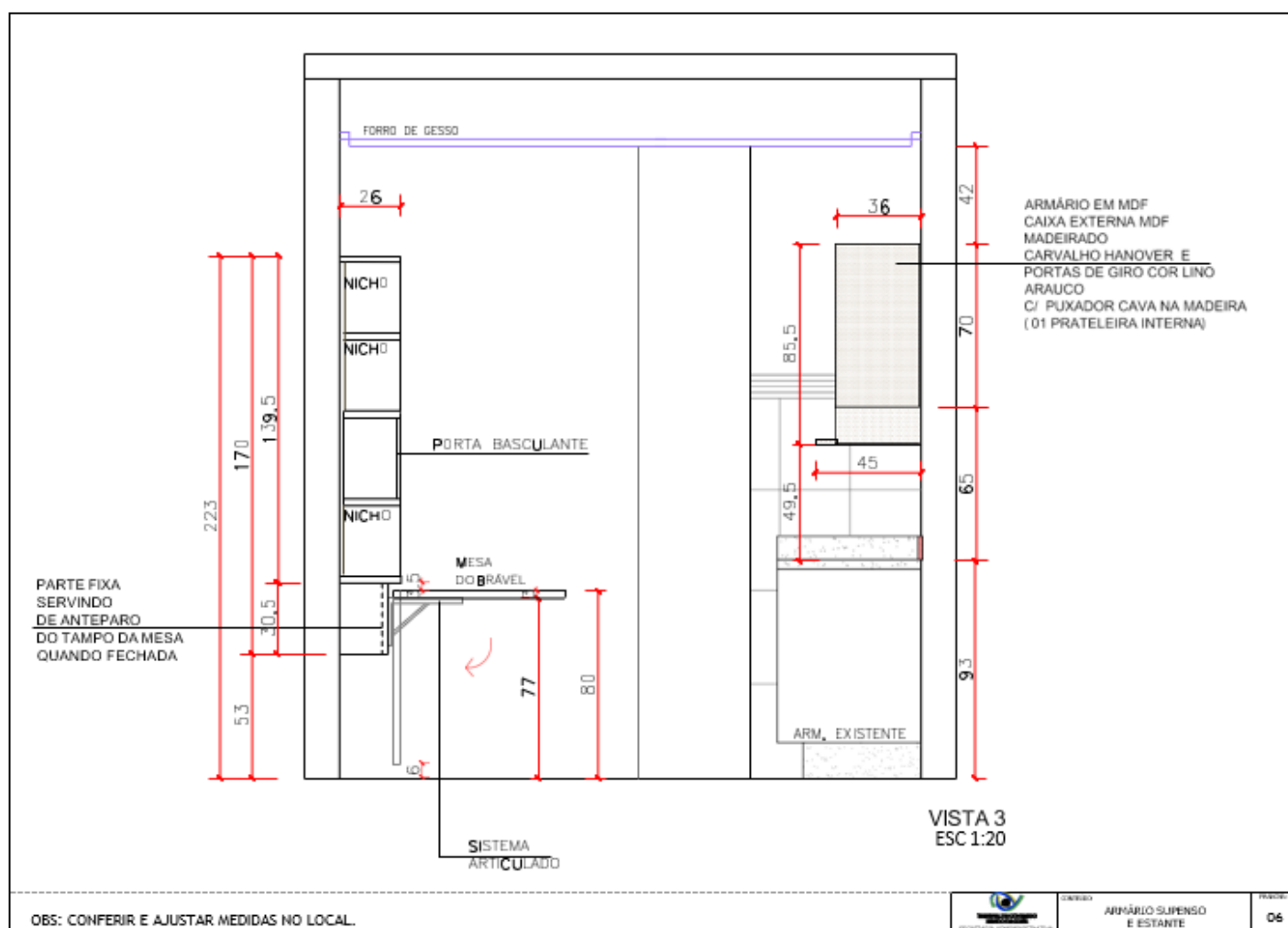


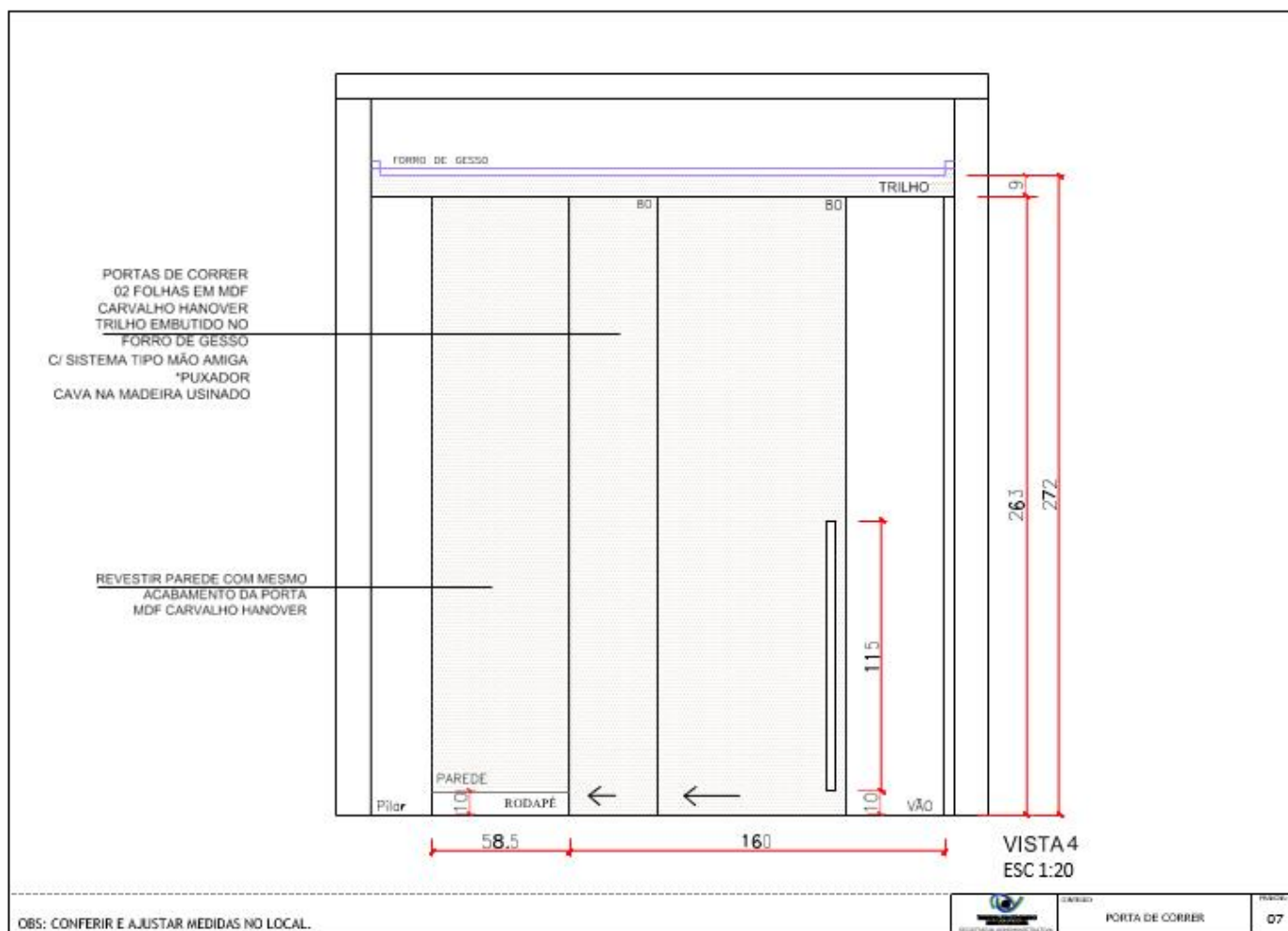




TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

## AGENTE DE CONTRATAÇÃO EQUIPE DE APOIO



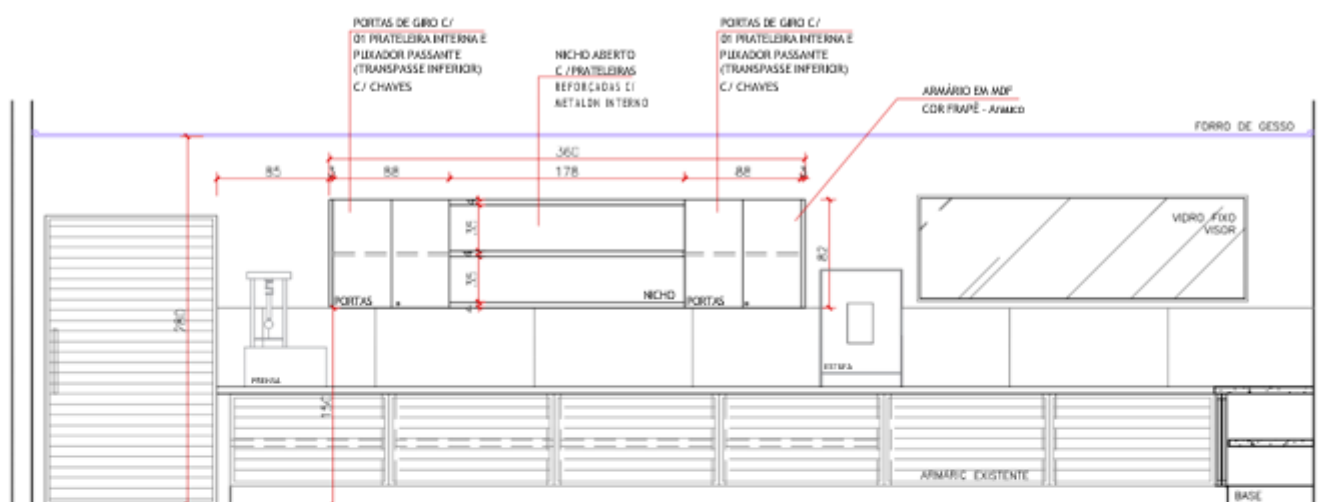




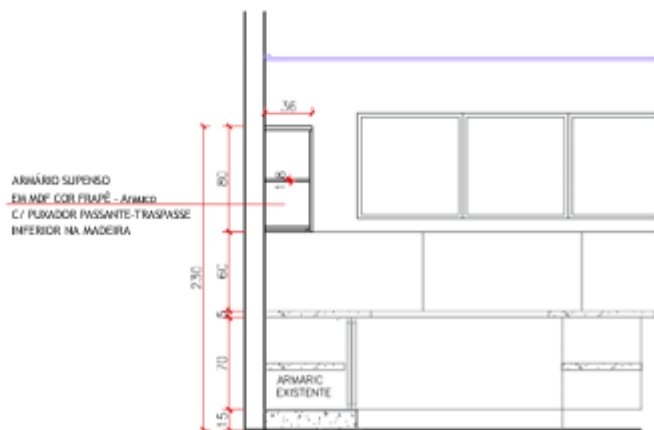


TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

## AGENTE DE CONTRATAÇÃO EQUIPE DE APOIO



VISTA 1  
Esc. 1:40



DETALHE ARMÁRIO SUSPENSO  
PUXADOR PASSANTE-TRANSPASSE  
INFERIOR ALINHADO  
COM PARTE INFERIOR

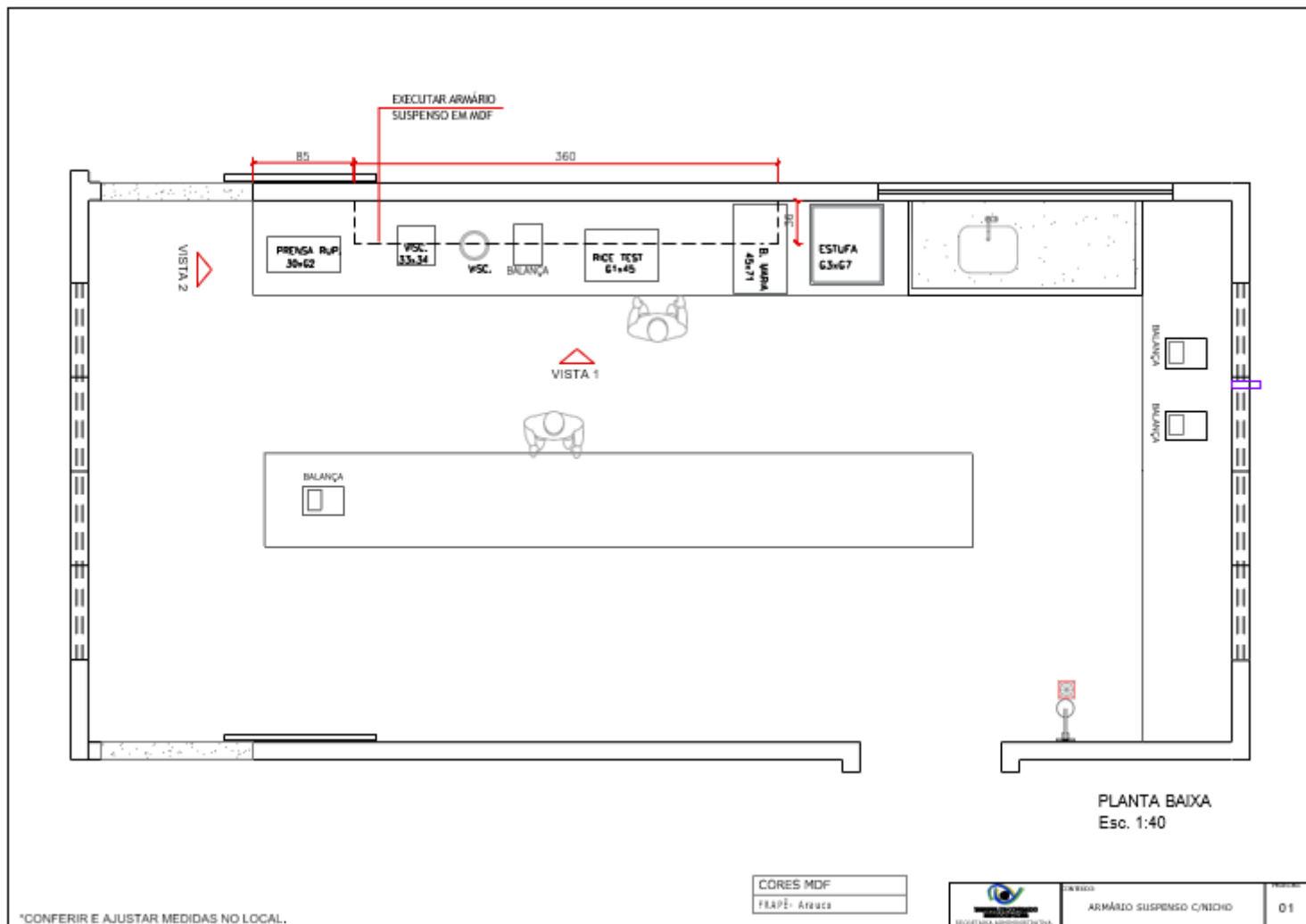
VISTA 2  
Esc. 1:40

	CONTRATO ARMÁRIO SUSPENSO C/ NICHO	PREÇO 02
--	---------------------------------------	-------------



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

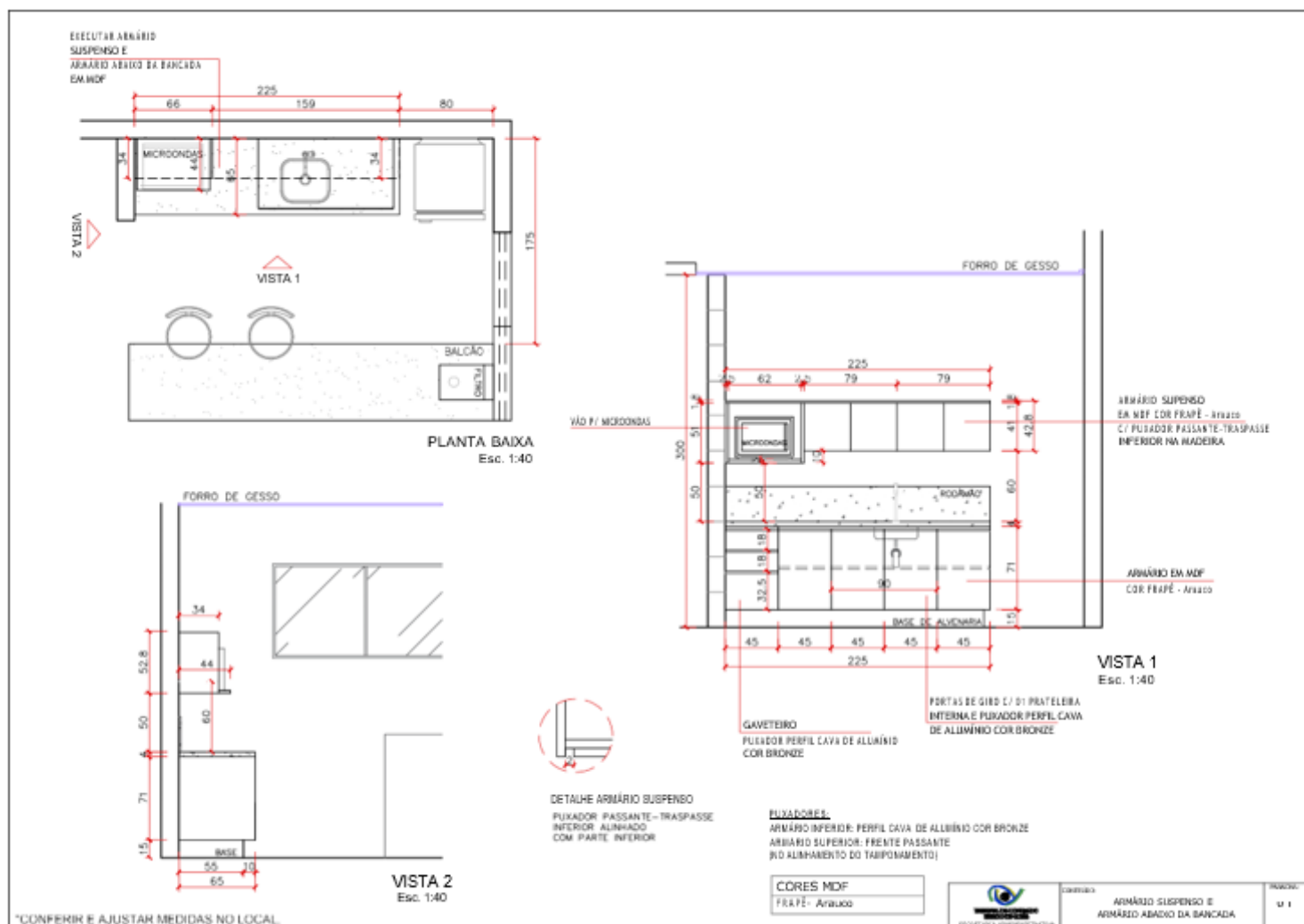
## AGENTE DE CONTRATAÇÃO EQUIPE DE APOIO





TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

## AGENTE DE CONTRATAÇÃO EQUIPE DE APOIO



## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO II

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO DE MARCENARIA

### **2. ESPECIFICAÇÃO**

#### **1. ARMÁRIO SUSPENSO COPA**

Fornecimento e instalação de armário sob medida para copa conforme projeto em anexo;  
**Quantidade: 01**

- Estrutura confeccionada em chapa de MDF de 25mm de espessura revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco). Todas as fitas bordas de ABS com 1mm de espessura, em MDF cor madeirada (ref. Carvalho Hanover Duratex).
- Fundo confeccionados em chapa de MDF de 15mm de espessura, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco). Prateleiras internas em MDF 18mm de espessura, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco) c/ as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Tapas parafusos em PVC na cor do armário. O armário deverá ser fixado na parede.
- Prateleira do Microondas em MDF cor madeirada (ref. Carvalho Hanover Duratex).
- Porta de Giro confeccionadas em chapa de MDF de 18mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco). Todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Com puxador cava, largura 25mm. Dobradiças em aço com amortecedor.
- MEDIDA DE APROXIMADA: L: 2,23M x A:0,85/ 0,70M x P: 0,36M E 0,45M (prateleira microondas).

#### **2. ARMÁRIO CABIDEIRO COM MESA DOBRÁVEL**

Fornecimento e instalação de armário sob medida para copa conforme projeto em anexo;  
**Quantidade: 01**

- Estrutura confeccionada em chapa de MDF de 25mm de espessura revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco), todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado.
- Fundo confeccionados em chapa de MDF de 15mm de espessura, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco). Prateleiras internas em

MDF 18mm de espessura, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco), c/ as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Fundo dos nichos em MDF cor madeira (ref. Carvalho Hannover Duratex). O armário deverá ser fixado na parede.

- Portas de Giro confeccionadas em chapa de MDF de 18mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco). Todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado, com puxador cava. Dobradiças em aço com amortecedor. Porta basculante confeccionada em chapa de MDF de 18mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Lino Arauco), com puxador cava. Todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Pistão com amortecedor e dobradiças em aço.
- Com tapas parafusos em PVC na cor do armário.

MEDIDA APROXIMADA: L: 1,50M x A:1,70x P: 0,26M

- Mesa Dobrável em MDF espessura final 30mm, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. Cor Lino Arauco), cantos abaulados e borda de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Sistema com 02 suportes articulados, tipo mão francesa dobrável e retrátil em aço com pintura eletrostática branca.

MEDIDA APROXIMADA: L: 0,70M x C: 0,74M x Espessura: 0,03M

### 3. PORTAS DE CORRER

Fornecimento e instalação de portas de correr sob medida entre a antessala e a copa conforme projeto em anexo;

**Quantidade: 01**

- Porta de correr com 02 folhas, em MDF espessura final de 36mm, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Carvalho Hanover Duratex). Com trilho superior revestido em MDF em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Carvalho Hanover Duratex), com kit com freio e “mão amiga” para o deslizamento e fechamento total do vão. Puxador Cava tipo usinado. MEDIDA APROXIMADA: L: 1,60M x A: 2,72M
- Painel fixo de MDF em chapa de MDF de 15mm de espessura revestida em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Carvalho Hanover Duratex), revestindo a parede ao lado da porta de correr. MEDIDA APROXIMADA: L: 0,59M x A: 2,62 M

### 4. ARMÁRIO SUSPENSO E ARMÁRIO ABAIXO DA BANCADA

Fornecimento e instalação de armário sob medida para copa do Laboratório conforme projeto em anexo;

**Quantidade: 01**

ARMÁRIO SUSPENSO-

- Estrutura/Tamponamento confeccionada em chapa de MDF de 18mm de espessura revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco). Todas as fitas bordas de ABS com 1mm de espessura.
- Fundo confeccionados em chapa de MDF de 15mm de espessura, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco). Tapas parafusos em PVC na cor do armário. O armário deverá ser fixado na parede. Portas de Giro confeccionadas em chapa de MDF de 18mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco). Todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Com puxador passante, ou seja, extensão da frente da porta além do limite da caixaria do móvel, criando um vão ou "passagem" por onde a mão pode se inserir para puxar a peça. Prateleira do Microondas em MDF espessura final 30mm, e profundidade 44cm.

MEDIDA DE APROXIMADA: L: 2,25M x A:0,43/ 0,53M x P: 0,34M E 0,44M (prateleira microondas).

#### ARMÁRIO ABAIXO DA BANCADA-

- Estrutura/Tamponamento confeccionada em chapa de MDF de 18mm de espessura revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco). Todas as fitas bordas de ABS com 1mm de espessura.
- Fundo confeccionados em chapa de MDF de 15mm de espessura, revestida em MDF Branco. Tapas parafusos em PVC na cor do fundo. Portas de Giro confeccionadas em chapa de MDF de 18mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco), dobradiças com amortecedor. Todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Prateleiras internas em MDF 18mm de espessura, cor branca c/ as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Gaveteiro, com 02 gavetas e 01 gavetão confeccionado interno em MDF Branco, com corredeiras ocultas com amortecimento. Com puxador perfil cava perfil alumínio cor bronze (CV01).

MEDIDA DE APROXIMADA: L: 2,25M x A:0,71/ 0,53M x P: 0,65M

## 5. ARMÁRIO SUSPENSO COM PORTAS E NICHOS

Fornecimento e instalação de armário suspenso sob medida para Sala de Ensaios do Laboratório conforme projeto em anexo;

**Quantidade: 01**

#### ARMÁRIO SUSPENSO-

- Estrutura/Tamponamento confeccionada em chapa de MDF de 18mm de espessura revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco). Todas as fitas bordas de ABS com 1mm de espessura.
- Fundo confeccionados em chapa de MDF de 15mm de espessura, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco). Tapas parafusos em PVC na cor do armário. O armário deverá ser fixado na parede. Portas de Giro

confeccionadas em chapa de MDF de 18mm de espessura, revestidas em ambas as faces em laminado melamínico de alta pressão (ref. cor Frapê Arauco), com chaves. Todas as bordas de ABS com 1mm de espessura, da mesma cor do laminado especificado. Com puxador passante, ou seja, extensão da frente da porta além do limite da caixaria do móvel, criando um vão ou "passagem" por onde a mão pode se inserir para puxar a peça. Nicho aberto central com fundo em MDF da mesma cor do armário, com prateleiras também em MDF da mesma cor do armário e espessura final 40mm reforçada com metalon interno.

MEDIDA DE APROXIMADA: L: 3,60M x A:0,82M x P: 0,36M



## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

### **ANEXO IV**

#### **ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

##### **1. Objeto**

O presente Orçamento Estimativo tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico de marcenaria elaborado para ambientes localizados na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

A contratação contempla a execução completa dos serviços necessários à fabricação dos elementos de mobiliário, incluindo fornecimento de materiais, confecção das estruturas, transporte até o local de instalação e montagem final nas dependências do Tribunal.

##### **2. Fundamentação**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a utilização de fontes de pesquisa aptas a refletir os preços praticados no mercado para objetos de natureza semelhante.

Em razão das características do objeto — mobiliário planejado sob medida desenvolvido a partir de projeto específico — não foram identificadas referências diretamente comparáveis em painéis públicos de preços ou contratações registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Também se verificou que consultas a sítios eletrônicos especializados e plataformas de comércio eletrônico apresentam predominantemente mobiliário padronizado produzido em série, não sendo possível estabelecer comparação adequada com o objeto pretendido.

Dessa forma, a estimativa de preços foi realizada por meio de pesquisa direta com fornecedores especializados no segmento de móveis planejados, conforme autorizado pelo art. 23, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Os fornecedores consultados foram selecionados por atuarem no segmento de mobiliário planejado sob medida, possuírem experiência compatível com o objeto da contratação e disponibilidade para elaboração de propostas conforme o projeto técnico de marcenaria elaborado pela Administração.

As solicitações de orçamento foram encaminhadas por meio eletrônico institucional, encontrando-se as respectivas comunicações anexadas aos autos do processo administrativo.

### 3. Metodologia adotada para estimativa do valor

A estimativa de custos foi elaborada a partir de pesquisa de preços realizada junto a três fornecedores do ramo de marcenaria e mobiliário planejado, os quais apresentaram propostas comerciais considerando as especificações técnicas constantes do projeto de marcenaria.

As propostas contemplam:

- fornecimento de materiais;
- fabricação do mobiliário;
- transporte;
- instalação e fixação nos ambientes definidos.

Para definição do valor estimado da contratação foi considerada a mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, metodologia adequada para mitigação de eventuais distorções e amplamente utilizada em estimativas baseadas em múltiplas fontes.

A utilização da mediana mostra-se adequada diante da variação observada entre as propostas apresentadas, permitindo reduzir a influência de valores excessivamente baixos ou elevados na formação da estimativa da contratação.

### 4. Tabela consolidada da pesquisa de preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MA Planejado s Ltda	Cerrado Ambientes Planejados	M Design Ambientes	VALOR ESTIMADO
1	Estante suspensa com nichos e mesa dobrável em MDF	UND	1	R\$ 7.392,00	R\$ 5.990,00	R\$ 8.174,80	R\$ 5.990,00
2	Armário suspenso em MDF	UND	1	R\$ 4.284,00	R\$ 3.600,00	R\$ 4.922,00	R\$ 3.600,00
3	Portas de correr em MDF com trilhos e ferragens	UND	1	R\$ 7.645,00	R\$ 12.850,00	R\$ 9.854,70	R\$ 12.850,00
4	Armário superior e inferior sob	UND	1	R\$ 6.305,00	R\$ 6.100,00	R\$ 7.832,40	R\$ 6.100,00

	bancada em MDF						
5	Armário suspenso com nichos e portas de giro em MDF	UND	1	R\$ 6.198,00	R\$ 5.350,00	R\$ 5.157,40	R\$ 5.350,00
	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 33.890,00</b>

\*Observação: considerando que a proposta da empresa Cerrado Ambientes Planejados corresponde à mediana do valor global obtido na pesquisa de preços, os valores unitários referenciais adotados para composição do orçamento estimativo correspondem aos valores individualizados constantes daquela proposta comercial, preservando-se a coerência entre os custos unitários referenciais e o valor global estimado da contratação.

## 5. Valor estimado da contratação

Com base na metodologia adotada e nas propostas comerciais obtidas na pesquisa de preços, o valor estimado para a contratação é de:

**R\$ 33.890,00 (trinta e três mil oitocentos e noventa reais).**

O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo:

- fornecimento de materiais;
- fabricação do mobiliário;
- transporte;
- instalação e montagem nos ambientes definidos no projeto técnico.

## 6. Conclusão

Diante dos elementos constantes dos autos, conclui-se que o orçamento estimativo foi elaborado de forma regular e fundamentada, refletindo os valores praticados no mercado para serviços de natureza semelhante.

A metodologia adotada observa o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo compatibilidade entre o valor estimado da contratação e os preços praticados no mercado, além de assegurar transparência e adequação ao planejamento da contratação.

A pesquisa de preços foi realizada mediante consulta direta a fornecedores especializados, nos termos do art. 23, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, estando devidamente documentada nos autos do processo administrativo.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Goiânia, 13 de maio de 2026**

**Márcio Lemos Pinto Coelho Júnior**  
Assessor

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

Contrato para fornecimento de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia, em Goiás., que entre si celebram o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e a empresa **(nome da empresa em negrito)**.

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia–GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

**CONTRATADA: [Nome da empresa contratada]**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047000897**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme projeto técnico de marcenaria elaborado para ambientes localizados no edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, compreendendo o fornecimento de materiais, fabricação em ambiente fabril, transporte, entrega e instalação nas dependências da sede Administrativa, conforme especificações e quantitativos a seguir discriminados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID ADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fabricação, fornecimento e instalação de estante com nichos e mesa dobrável em MDF	un	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
2	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso em MDF	un	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
3	Fabricação, fornecimento e instalação de sistema de portas de correr em MDF, incluindo trilhos, ferragens, sistemas de deslizamento e todos os componentes necessários à sua perfeita instalação e funcionamento	un	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
4	Fabricação, fornecimento e instalação de armário superior e armário inferior sob bancada em MDF	un	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
5	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso com nichos e portas de giro em MDF	un	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>				<b>R\$</b>	

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2026 e seus anexos.
- b) Proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA**

2.1. O prazo máximo para a execução completa do objeto, compreendendo fabricação, fornecimento e instalação do mobiliário planejado, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

2.2. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Av. Ubrajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, em horário comercial, conforme acordado com a CONTRATANTE.

2.3. Todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

2.4. A execução do objeto compreenderá a fabricação, fornecimento, transporte, entrega e instalação de mobiliário planejado sob medida, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, nos projetos de marcenaria e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

2.5. A contratada deverá realizar vistoria técnica prévia nos ambientes onde os móveis serão instalados, com o objetivo de conferir as dimensões dos espaços, verificar eventuais interferências físicas e assegurar a compatibilidade entre o projeto técnico e as condições reais do local.

2.6. A verificação das medidas constitui etapa obrigatória da execução contratual, sendo de inteira responsabilidade da contratada promover eventuais ajustes necessários para garantir o perfeito encaixe e funcionamento do mobiliário no momento da instalação.

2.7. A fabricação dos móveis deverá ser realizada em ambiente apropriado, utilizando equipamentos e técnicas adequadas à produção de mobiliário planejado, garantindo precisão dimensional, qualidade de acabamento e resistência estrutural compatível com o uso institucional.

2.8. O mobiliário deverá ser confeccionado conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos técnicos anexos, observando-se, entre outros aspectos:

I – utilização de chapas de MDF ou material equivalente de alta qualidade, com revestimento melamínico ou acabamento compatível com o padrão institucional do Tribunal;

II – emprego de ferragens, dobradiças, corrediças, trilhos e demais componentes de boa qualidade e durabilidade;

III – acabamento uniforme, sem imperfeições visíveis, desalinhamentos ou irregularidades estruturais.

2.9. A contratada será responsável pelo transporte de todos os materiais e peças até o local de instalação, bem como pela execução dos serviços de montagem, fixação e ajustes finais do mobiliário nas dependências do Tribunal.

2.10. Durante a execução dos serviços de instalação, a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para preservar as instalações existentes, evitando danos a paredes, pisos, revestimentos, instalações elétricas ou quaisquer outros elementos do ambiente.

2.11. Eventuais danos causados às instalações do Tribunal durante a execução dos serviços deverão ser reparados pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

2.12. Após o recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, a contratada deverá iniciar a execução do objeto no prazo máximo de até 10 (dez) dias.

2.13. O prazo máximo para a execução completa do objeto, compreendendo fabricação, fornecimento e instalação do mobiliário planejado, será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

2.14. O mobiliário fornecido deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

2.15. A garantia abrangerá defeitos de fabricação, falhas estruturais, problemas de funcionamento das ferragens, desalinhamentos, defeitos de montagem e quaisquer outras irregularidades que comprometam o uso adequado do mobiliário.

2.16. Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer componentes que apresentem defeitos ou falhas de funcionamento.

2.17. Os serviços de manutenção corretiva decorrentes da garantia deverão ser realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação da Administração

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

3.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.1.3. Fornecer todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à plena execução do contrato.

3.1.4. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

3.1.5. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

3.1.6. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, desde que devidamente identificados e exclusivamente para execução dos serviços contratados.

3.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no Termo de Referência.



3.1.8. Exercer a fiscalização sobre a execução do objeto contratado, podendo aplicar as sanções administrativas cabíveis ou rescindir o contrato caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

3.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Além de cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ainda:

4.1.1. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução contratual e de todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

4.1.2. Arcar com todas as despesas de fretes caso o recebimento do objeto seja rejeitado devido a inconformidade com as condições estabelecidas neste contrato.

4.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.1.4. Manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

4.1.5. Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas, projetos de marcenaria e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, nos prazos e nos locais previstos, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à fabricação, fornecimento e instalação do mobiliário, na qualidade e quantidade adequadas, atendendo às normas técnicas brasileiras pertinentes.

4.1.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos compatíveis com os serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.1.7. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ficando o TCE-GO autorizado a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos.

4.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os serviços executados ou os móveis fornecidos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.1.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e observando, ainda, as normas de segurança da CONTRATANTE, mantendo sempre limpo o local dos serviços e em adequadas condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.10. Credenciar, junto ao TCE-GO, preposto que atenderá às requisições da Administração e receberá as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização do contrato, prestando às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

4.1.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

4.1.12. Cientificar imediatamente o fiscal ou gestor contratual sobre qualquer ocorrência anormal que afete a execução do serviço ou a instalação do mobiliário.

4.1.13. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.14. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas no Termo de Referência.

4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

4.1.16. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.16.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir sua utilização pela Administração.

4.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

4.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.19. Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, montagem e instalação completa do mobiliário nas dependências do Tribunal, bem como pela remoção de embalagens, resíduos e materiais resultantes da execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da entrega efetiva dos produtos.

5.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 202602010103242004215, Grupo 04 – Investimentos, Fonte 15000100 – Receitas Ordinárias, Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, e serão enquadradas na Natureza de Despesa 4.4.90.52.24 – Mobiliário em Geral.

5.3. Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho nº **XXXXX** pela CONTRATANTE, em **XX/XX/2026**.

5.4. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.5. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado **13/05/2026**, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5.1. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

5.5.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

5.5.3. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso I do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Gerente de Administração), como gestora e Pedro Henrique Mota Emiliano (Chefe do Serviço de Infraestrutura Predial) como fiscal.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

6.4. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA (art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, em 02 (duas) vias, discriminando, detalhadamente, todos os itens entregues / serviços prestados, assim como os impostos incidentes sobre os mesmos e respectivos valores.

6.8. Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pelo gestor do contrato ou por um servidor por ele designado.

6.9. A liquidação e o pagamento serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia, contado do “Atesto” da Nota Fiscal pelo responsável, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

6.9.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.9.2. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento

e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.10. No ato do pagamento deverá ser comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da CONTRATADA.

6.11. A Nota Fiscal / Fatura incompleta ou que apresentar qualquer tipo de rasura ou incorreção será devolvida para substituição.

6.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

6.13. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo previsto para a vigência do contrato será de **120 (cento e vinte dias) dias** contados da sua assinatura ou da ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que a não conclusão decorra de motivo devidamente justificado e aceito pela Administração

7.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) O caráter educativo da pena;
- f) O princípio da proporcionalidade;
- g) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato.

8.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.5.3. Será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação (Item 9.1, alínea “c”), inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

8.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



8.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

8.14. As sanções previstas nesta Cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001, e Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

8.16. Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.



9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato de fornecimento, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) Empenho de dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

11.1. A publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, será providenciada em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da assinatura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

13.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a prestação dos serviços objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

13.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

13.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.2. Fica a CONTRATADA ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

14.3. A CONTRATADA deverá observar, na condução de suas atividades, as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TCE-GO, devendo manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem justas e contratadas, assinam este instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

---

**Conselheiro Helder Valin Barbosa**  
*TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS*  
CONTRATANTE

---

**Nome do Representante**  
NOME DA EMPRESA  
CONTRATADA

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047000897**

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fabricação, fornecimento e instalação de estante com nichos e mesa dobrável em MDF	unidade	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
2	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso em MDF	unidade	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
3	Fabricação, fornecimento e instalação de sistema de portas de correr em MDF, incluindo trilhos, ferragens, sistemas de deslizamento e todos os componentes necessários à sua perfeita instalação e funcionamento	unidade	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
4	Fabricação, fornecimento e instalação de armário superior e armário inferior sob bancada em MDF	unidade	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
5	Fabricação, fornecimento e instalação de armário suspenso com nichos e portas de giro em MDF	unidade	1	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>	<b>R\$</b>
--------------------------------	------------

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO Nº 202600047000897**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei de Nacional de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO  
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O LIMITE DE  
ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 20260004700897**

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada pela  
Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047000897, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS TRABALHISTAS**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO nº 202600047000897**

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.  
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoas sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).
5. (Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: